



# Uma questão de **espaço**

- Código Florestal: possíveis convergências sobre o uso do solo
- O nó fundiário da Amazônia
- No Vale do Ribeira, a articulação social define contornos
- Terra, fator crucial em Gaza
- Pela culinária, a cultura regional adentra outros universos
- Língua unificada, base da diversidade cultural
- Para um novo olhar urbano, basta andar a pé

A sustentabilidade é uma preocupação para a sua empresa?

Visite

a 1ª Feira de Negócios de Sustentabilidade do mundo



# ecogerma 2009

Trade Fair and Congress on Sustainable Technologies  
São Paulo, March 12-15, 2009

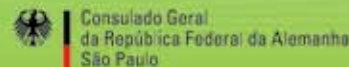
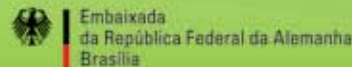
**Idéias, novas tecnologias e produtos inovadores para um futuro sustentável**

A ECOGERMA 2009 é a primeira feira B2B do mundo, exclusivamente dedicada à economia sustentável. Conheça os mais inovadores produtos e soluções sustentáveis apresentados pela indústria e pelos setores de tecnologia ambiental, energias renováveis, infra-estrutura, pesquisa e desenvolvimento.

A ECOGERMA 2009 será a plataforma de contatos comerciais ideal para as empresas atuantes no Brasil, países do Mercosul e Alemanha.

Acesse:

[www.ecogerma2009.com.br](http://www.ecogerma2009.com.br)



## Use e ocupe

As mais recentes pesquisas sobre consumo responsável no Brasil revelam que a imensa parcela da população brasileira resiste a mudar hábitos e comportamentos, mesmo ciente da problemática socioambiental que a cerca. Este é só um emblema de uma séria constatação, que envolve toda a sociedade: a sustentabilidade ainda precisa escalar vários degraus para alcançar o patamar da implementação.

Desde o início, PÁGINA22 ofereceu, por meio da informação e da análise, subsídios para enriquecer e estimular o debate sobre a sustentabilidade. De tão complexo e fundamental, não é um tema que se esgotará tão cedo, até porque pode ser entendido como um processo em formação. Mas, enquanto precisa ser mais bem assimilado, deve urgentemente entrar no campo das realizações.

Por isso, além de contribuir para essa compreensão, PÁGINA22 coloca-se como ferramenta para pôr essa agenda em prática. Assume uma linha editorial mais propositiva, interativa, que aponta saídas e se aproxima das histórias de pessoas e de organizações que diariamente trabalham para que a sustentabilidade aconteça, de modo efetivo.

Para disseminar essa mensagem com agilidade em círculos mais amplos na sociedade, a revista ganha novo formato. Não apenas físico e gráfico, mas em sua estratégia de comunicação. A partir desta edição, passa a ter todo o conteúdo aberto no site [www.pagina22.com.br](http://www.pagina22.com.br) – espaço que ao longo do tempo se tornará mais participativo –, enquanto a versão impressa alcança um *mailing* de importantes *players* da sustentabilidade e agentes multiplicadores da informação. Tudo para que haja maior envolvimento em torno dessa grande causa.

Este é um espaço aberto, para seu uso e ocupação. Envie ideias, comentários e sugestões para [redacao@pagina22.com.br](mailto:redacao@pagina22.com.br).

Boa leitura, e mão na massa.

# PÁGINA22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS  
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni  
COORDENADORA-ADJUNTA Rachel Biderman

EDITORAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini  
REPORTER Carolina Derivi  
EDIÇÃO DE ARTE

Marco Cançado, Dora Dias (Banana Biônica Design)  
EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi  
ILUSTRAÇÃO Janaina Tokitaka  
REVISÃO José Genulino Moura Ribeiro  
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo  
RELAÇÕES PÚBLICAS Jaqueline Santiago  
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina D'Angelo, Aron Belinky,  
José Eli da Veiga, José Genulino Moura Ribeiro, Regina Scharf,  
Renato Guimarães, Ricardo Barretto

ENSAIO FOTOGRÁFICO (VALE DO RIBEIRA) Bruno Bernardi  
JORNALISTA RESPONSÁVEL  
Amália Safatle (MTb 22.790)  
MARKETING E PUBLICIDADE

SÃO PAULO: Bernardo Leschziner (11) 8926-1415  
e Monica Carboni (11) 8104-1632

RIO: Ricardo Luttigardes (21) 9217-3931  
BRASÍLIA: Charles Marar Filho (61) 3321-0305

MINAS GERAIS: Alvaro Rocha e Rosina Bernardes (31) 3261-3854  
PORTO ALEGRE: Roberto Gianoni (51) 3388-7712

NORTE/NE: Luciano Moura (81) 3466-1308  
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Alameda Itu, 513 - CEP 01421-000 - São Paulo - SP  
(11) 3284-0754 / [redacao@pagina22.com.br](mailto:redacao@pagina22.com.br)

REPARTES CORPORATIVOS  
(11) 3284-0754 - [www.pagina22.com.br](http://www.pagina22.com.br)  
[contato@pagina22.com.br](mailto:contato@pagina22.com.br)

IMPRESSÃO Posigraf  
DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição

NÚMEROS AVULSOS  
(11) 3284-0754

CONSELHO EDITORIAL

Aron Belinky, Gladis Ribeiro, José Carlos Barbieri, José Eli da Veiga,  
Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães,  
Roberto Waack, Tarcila Reis Ursini

Os artigos, ensaios, análises e reportagens assinadas expressam a  
opinião de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto  
de vista das organizações parceiras e do GVces.

É necessária a autorização dos editores, por escrito, para reprodução  
do todo ou parte do conteúdo desta publicação.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares



<u>Notas</u>	<b>6</b>
<u>Territórios</u>	<b>10</b>
<u>Entrevista</u>	<b>12</b>
<u>Artigo</u>	<b>17</b>
<u>Código Florestal</u>	<b>18</b>
<u>Amazônia</u>	<b>24</b>
<u>Desenvolvimento Local</u>	<b>28</b>
<u>Estratégia</u>	<b>36</b>
<u>América Latina</u>	<b>40</b>
<u>Resenha</u>	<b>42</b>
<u>Coluna</u>	<b>43</b>
<u>Gastronomia</u>	<b>44</b>
<u>Análise</u>	<b>47</b>
<u>Nota do Revisor</u>	<b>48</b>
<u>Última</u>	<b>50</b>

Inerentes aos seres humanos que o modificam, são pedra fundamental no debate da sustentabilidade

A historiadora Arlene Clemesha analisa o conflito na Faixa de Gaza sob a ótica da territorialidade

Surgem convergências em meio às arestas sobre uso e ocupação do solo no Brasil

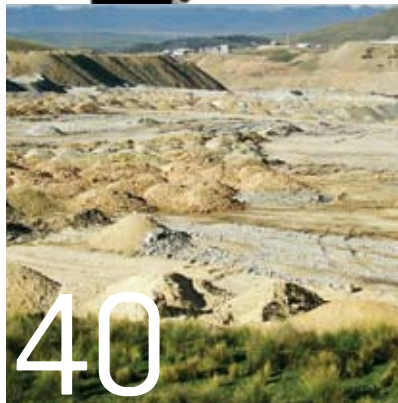
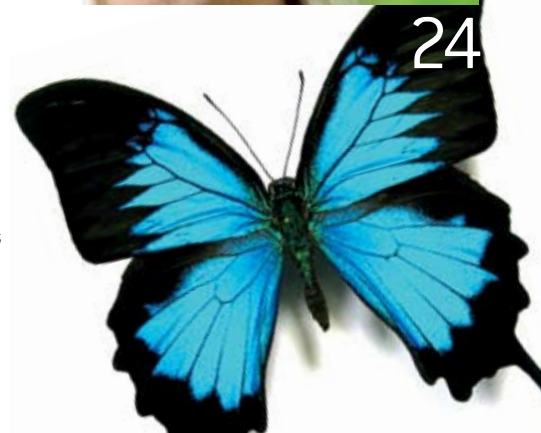
Acelerar e simplificar a regularização fundiária é preciso, mas pode criar problemas ainda maiores

No Vale do Ribeira, o que delinea o território é a articulação sociocultural em torno de causas em comum

Considerar o meio ambiente na estaca zero do planejamento político ajuda a prevenir litígios e a acelerar obras

No Peru, a discussão sobre uma mina de cobre mostra como chegar a um bom termo ao dividir o espaço

A culinária contemporânea, que se apropria da regional, coloca na mesa o conceito de "desterritorialização"





[PETRÓLEO I]

## Chernobyl amazônico

Quinze anos se passaram desde que começou a batalha judicial pelo pior desastre ambiental provocado por petróleo na história. Agora, uma decisão final parece estar próxima. Um perito designado pela Corte de Justiça Equatoriana estimou em US\$ 27 bilhões a indenização a ser paga pela Texaco – hoje incorporada pela petroleira Chevron – a 30 mil indígenas por danos causados ao meio ambiente e à saúde da população.

A Texaco operou na região de Joya de Los Sachas, Norte da Amazônia equatoriana, de 1964 a 1992. Os reclamantes alegam que, nesse período, a empresa teria derramado milhões de litros de água de prospecção e rejeitos de **petróleo em rios e igarapés**, em lugar de utilizar a tecnologia disponível para reinjetar os resíduos no subsolo.

Além do desastre ambiental, a exploração petroleira teria provocado aumento da incidência de câncer, abortos

e má-formação de nascimento, isso porque o petróleo é composto de substâncias reconhecidamente carcinogênicas como benzeno, xileno e alcatrão. Um levantamento realizado pela ONG local Acción Ecológica concluiu que, no ano de 2000, a taxa de mortalidade por câncer em Joya de Los Sachas era de 34%. O triplo da média nacional.

O processo contra a Texaco/Chevron teve início na Justiça americana em 1993. Dez anos depois, a ação foi recusada e remetida ao Equador. A decisão final da Corte de Justiça Equatoriana está prevista para o primeiro semestre de 2009. – por Carolina Derivi

[PETRÓLEO II]

## O outro lado

A defesa da Chevron consiste em questionar a relação entre os problemas de saúde da população e o desastre ambiental. “Não há nenhuma verdade ou nexos causal entre câncer e outras doenças na região e a exposição ao petróleo. Os estudos apresentados

pelos reclamantes foram contestados por especialistas renomados”, diz Silvia Garrigo, advogada da Chevron, em comunicado no site da companhia.

Além disso, a defesa argumenta que, a partir de 1970, a exploração do petróleo passou a ser feita em parceria com a estatal Petroequador, e que teria sido essa empresa a principal responsável pelo derramamento de rejeitos e água de prospecção. Depois que encerrou suas operações no país, a Texaco pagou US\$ 40 milhões ao governo equatoriano a título de compensação e firmou um acordo que



brasileiros estão em situação de insegurança alimentar grave. [CD]

[INTERNET]

## O clima em um clique

Aprofusão de informações e debates sobre as mudanças climáticas não necessariamente se traduz em cidadãos bem informados e, menos ainda, aptos para agir. Pensando nisso, e ainda na ameaça que o fenômeno representa para as futuras gerações, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) acaba de lançar um site especialmente voltado para o tema.

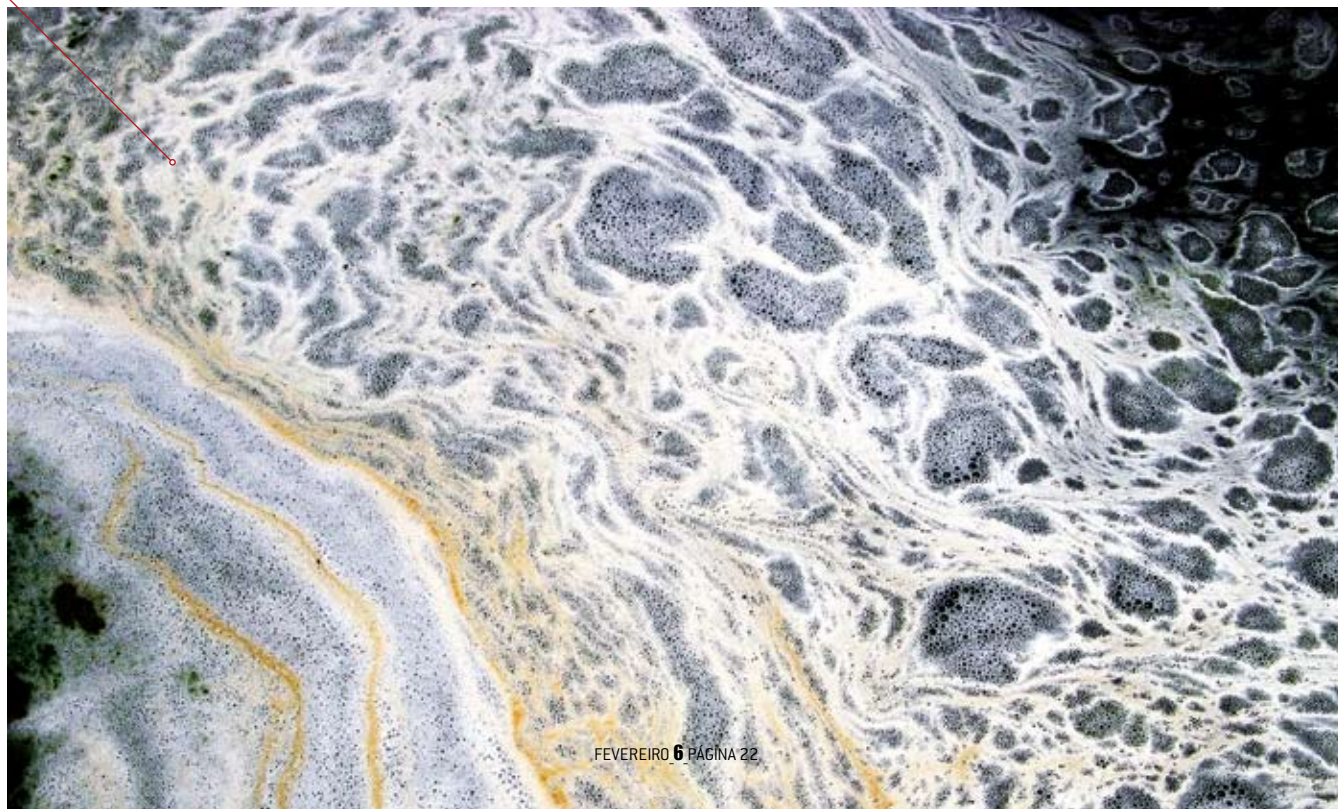
O objetivo da nova ferramenta é reunir, em um só endereço e em língua portuguesa, o que há de mais essencial para compreensão do assunto, entre artigos científicos, entrevistas, vídeos e reportagens. A variedade de conteúdos é enorme, o que torna o site útil tanto para leigos como para iniciados. Especialmente desenhado para auxiliar jornalistas na cobertura das mudanças climáticas, oferece ainda um banco de fontes para entrevistas, outro para sugestões de pauta e uma galeria de *links* correlatos.

Vale o clique: <http://www.mudancasclimaticas.andi.org.br/> [CD]

[MEIO AMBIENTE]

## Futuro mapeado

A Coordenadoria de Planejamento Ambiental do Estado de São Paulo não é vidente, mas acredita que pode prever o futuro do Estado para a próxima década. Para isso, criou o projeto Cenários Ambientais 2020, que visa identificar o melhor prognóstico possível para a qualidade ambiental paulista e como alcançá-lo.



a eximia “de qualquer responsabilidade presente, passada ou futura pelos danos ambientais”. [CD]

[CONSUMO]

## Comida para quem precisa

O Instituto Akatu pelo Consumo Consciente selecionou um novo alvo para sensibilizar consumidores desatentos: o **desperdício de alimentos**. A nova campanha foi lançada em janeiro e conta com peças para TV, rádio, cinema e mídia impressa. A estratégia escolhida foi

utilizar a mesma linguagem dos anúncios de ofertas especiais no mercado de varejo, com expressões como “dá só uma olhada nestas ofertas”, juntamente com imagens de alimentos estragados e o cálculo de quanto se desperdiça em dinheiro.

Estima-se que um terço de toda a comida comprada em residências vá para o lixo. “Todas as suas embalagens, toda a água e energia usadas na sua produção, todo o CO<sub>2</sub> emitido em sua produção e transporte são também jogados fora, gerando inúmeros impactos negativos para a sociedade, a economia e o meio ambiente” é um trecho do comunicado à imprensa da campanha. Enquanto isso, segundo o IBGE, 14 milhões de lares



No início de junho, a coordenadoria apresentará uma publicação contendo o cenário de referência – como será São Paulo em 2020 se tudo continuar como está –, o cenário ideal – o melhor dos mundos, não necessariamente tangível – e o cenário estratégico. Este, sim, servirá de base para um plano setorial integrado, envolvendo todas as secretarias estaduais.

A metodologia é tão ambiciosa quanto o objetivo. Em 2008, a coordenadoria realizou um levantamento das “forçasmotrizes” responsáveis por pressões e impactos ao meio ambiente no Estado, nas áreas de demografia, economia, transportes, entre outras. Depois, foram identificados os Fatos Portadores de Futuro (FPF) – ou seja, aqueles que devem influenciar decisivamente os rumos ambientais na região –, os quais, processados matematicamente, resultaram nos cenários ambientais possíveis.

Junte-se a isso um extenso processo de consulta a especialistas e ao público em geral, com participação de mais de 5.200 pessoas. Foi aberta a segunda rodada de consulta na internet, mas só serão contempladas pessoas que já responderam à primeira fase. De todo modo, sugestões, críticas e pedidos de informação podem ser encaminhados para [planejamentoambiental@sp.gov.br](mailto:planejamentoambiental@sp.gov.br). [CD]

[MATA ATLÂNTICA]

## Onde o individual é essencial

Para quem cogitava ingressar no mundo da conservação privada: a hora é esta. O Programa de Incentivo às Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) da Mata Atlântica, coordenado pelas ONGs Conservação Internacional, Fundação SOS Mata Atlântica e The Nature Conservancy

(TNC), está com inscrições abertas para seu VII Edital de projetos.

O edital abrange todos os municípios do bioma e distribuirá recursos que vão de R\$ 8 mil a R\$ 25 mil para criação de RPPNs individuais ou em conjunto, e também para elaboração e implementação de planos de manejo.

Érika Guimarães, coordenadora do programa, avalia que as RPPNs têm importância estratégica para a Mata Atlântica: “Restam cerca de 7% ou 8% do bioma original e 80% desses remanescentes estão em propriedades particulares. Então esses proprietários são essenciais para complementar os esforços públicos”. Ela explica que, além do reconhecimento oficial como área protegida, o título de RPPN permite concorrer a subsídios para desenvolver ações – algumas lucrativas – como manejo florestal, pesquisa, educação ambiental e ecoturismo.

O programa dá preferência a áreas vizinhas a outras unidades de conservação, públicas ou particulares, já que a conectividade favorece a conservação da biodiversidade. Mas esse aspecto não é eliminatório. O edital pode

ser acessado nos sites [www.sosma.org.br](http://www.sosma.org.br), [www.conservacao.org.br](http://www.conservacao.org.br), [www.nature.org/brasil](http://www.nature.org/brasil), [www.corredores.org.br](http://www.corredores.org.br) e [www.funbio.org.br](http://www.funbio.org.br). [CD]

[PUBLICAÇÕES]

## Comunicar ciência

Para o público em geral, nem sempre é fácil perceber os resultados e benefícios gerados por institutos de pesquisa. Por isso, comunicação é essencial, especialmente quando o instituto é financiado com dinheiro dos impostos.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, sabe disso e acaba de lançar um boletim eletrônico semestral para divulgação de estudos regionais e urbanos.

Sob esse guarda-chuva estão contemplados os fenômenos sociais, ambientais e econômicos em suas manifestações no território. O boletim

apresenta ensaios de pesquisadores da casa e artigos de estudiosos convidados. Pode ser acessado em [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) [CD]

[EMPRESAS]

## Negócios de vida ou morte

Os pacientes sul-coreanos com HIV/AIDS estão literalmente “ao deus-dará”, já que a companhia farmacêutica Roche, fabricante que detém o monopólio do medicamento mais avançado do mundo, não “dará” mesmo. Desde outubro passado, a empresa suspendeu no país a venda do Fuzeon, um antirretroviral receitado a pacientes que não apresentam melhora com tratamentos convencionais.

O governo local alega que não pode pagar mais que US\$ 18 mil por paciente ao ano – a droga deve ser injetada duas vezes ao dia – e a Roche não aceita menos que US\$ 22 mil. “O preço oferecido ao governo (sul-coreano) está alinhado com o menor preço disponível aos países em



desenvolvimento da região”, diz um comunicado da sede da empresa, na Suíça, “A produção de um único frasco do Fuzeon demanda 6 meses e 45 kg de matéria-prima para 1 kg do remédio.” O comunicado também argumenta que a Coreia do Sul não é considerada pelas Nações Unidas como país em desenvolvimento.

Ativistas da organização Korean Pharmacists For Democratic Society afirmam que o presidente da Roche Korea, Urs Flueckiger, teria dito durante uma reunião com o grupo: “Não estamos nesse mercado para salvar vidas, mas para ganhar dinheiro. Salvar vidas não nos interessa”. [CD]

FALA, LEITOR

## Histórias e ideias de quem lê PÁGINA22

“Eu quero ir!”, encasquetou a jovem Helena Gomes, então aluna do primeiro ano do curso de Gestão Ambiental da USP. Foi aos professores, ao reitor, ao prefeito, e tanto fez que conseguiu ser incluída na disputadíssima delegação brasileira para a Rio + 10, em Johannesburgo, na África do Sul. Sem experiência em jornalismo, ainda amalhou a função de correspondente de uma rádio do interior paulista durante o evento. Apaixonou-se pelo poder da mídia quando se trata de educação ambiental.

Foi a experiência em Johannesburgo que inspirou sua tese de mestrado, em andamento. Helena analisa a apropriação do discurso de ONGs e cientistas por campanhas publicitárias e as consequências disso para o esvaziamento da mensagem da sustentabilidade. Mais para a frente, sonha em investigar a hipótese de estar havendo uma fusão entre marketing e responsabilidade social empresarial. “Se uma empresa deixa de investir R\$ 1 milhão em publicidade para aplicar R\$ 100 mil num

projeto socioambiental que vai lhe dar a mesma visibilidade, em vez de investimento, há uma economia”, conjectura.

Hoje com 26 anos, Helena é analista de mercado de uma empresa que comercializa projetos REDD (mecanismo pelo qual se remuneram as emissões evitadas de desmatamento e degradação) na Amazônia. Mesmo assim, ainda não está plenamente convencida sobre a quem pertence o carbono e não cansa de se espantar com a monetarização da natureza. Se lhe perguntam qual é o barato de trabalhar com meio ambiente, ela não hesita: “É o despertar para a complexidade. É perceber que tudo está ligado: economia, sociedade, cultura, espiritualidade... É essa é uma noção que eu aplico em tudo na vida, não só na questão ambiental”.

Se você deseja participar desta seção, escreva para [redacao@pagina22.com.br](mailto:redacao@pagina22.com.br) e conte um pouco sobre você e seus projetos. Para se comunicar com Helena Gomes, escreva para [he\\_mail@terra.com.br](mailto:he_mail@terra.com.br).



# Delimitar, **conviver,** **compartilhar, dividir** por Amalia Safatle

Milton Santos entendia território como inerente aos **seres humanos que o habitam e modificam permanentemente**. Nada mais atual no debate da sustentabilidade

**E**m *A Natureza do Espaço: Razão e emoção, técnica e tempo*, publicado em 1996, o geógrafo Milton Santos expõe que o conceito de território não pode ser separado dos seres humanos que o habitam e modificam permanentemente. Nada mais atual, em se tratando da intensa e brutal modificação imposta pelo homem à vida no planeta. Ou, mais precisamente, como observa José Eli da Veiga à página 47, a todo ser vivente, no fino invólucro que envolve essa densa massa de rocha fundida, 160 quilômetros abaixo da superfície e 160 quilômetros acima, até a termosfera. O nosso grande território.

Assim, além de forma – como numa fria imagem registrada por satélite –, território é também função, explica Santos: resultado efervescente de ações e interações históricas, culturais, econômicas e políticas. **O homem molda o espaço, que, modificado, molda o homem.** Em entrevista nesta edição, a historiadora Arlene Clemesha, por exemplo, descreve em que medida o conflito territorial no Oriente Médio, com a ocupação da Faixa de Gaza, levou à criação do grupo Hamas e fez acirrar seu extremismo.

Na mão inversa, foi a articulação de pessoas em torno de uma identidade cultural, social e histórica que levou à criação de um território. Reportagem à página 28 retrata, no Vale do Ribeira,

no extremo Sul do interior de São Paulo, contornos delineados independentemente de fronteiras físicas ou políticas. Trata-se de um dos 60 territórios assim mapeados pelo governo federal, que neles reconhece a necessidade de despender atenção maior diante de dificuldades socioeconômicas que também os caracterizam. A ação, chamada Territórios da Cidadania, é governamental, mas de nada vale sem a participação da população local. Como escreve o professor Ignacy Sachs, da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, de Paris, é um programa que promove o desenvolvimento endógeno. Nem para dentro, nem para fora, mas a partir de dentro – *desarrollo desde adentro*, segundo a formulação do economista chileno Oswaldo Sunkel.

Enquanto algumas fronteiras operam bem dentro dessa maleabilidade, a clara definição de contornos territoriais, de uso e ocupação do solo e de um zoneamento ecológico-econômico torna-se crucial em um país que precisa saber conciliar a conservação de grandes ativos naturais com a produção de alimentos, energia e o desenvolvimento de sua infraestrutura. É o que mostram as reportagens sobre regularização fundiária (pág. 24), que esmiúça a complexa teia das propriedades rurais na Amazônia, e sobre o Código Florestal (pág. 18), terreno em que se dá um dos maiores

embates entre visões de desenvolvimento no Brasil, e que precisa encontrar uma intersecção, um *common ground*.

Uma abordagem inovadora, no tocante à infraestrutura, é a chamada Avaliação Ambiental Estratégica (pág. 36). Ela enriquece a ideia de território incorporando a variável tempo. **Ao considerar o ambiente na estaca zero de empreendimentos como grandes hidrelétricas e estradas, na fase em que ainda são planejados, inclui a noção de processo e avalia os impactos ambientais não somente no espaço físico, mas em espaços temporais.**

A cultura também constrói seus territórios. Quando, por exemplo, a gastronomia se apropria das culinárias regionais para inseri-las em novos contextos (pág. 44), brincando de “desterritorializar” e “reterritorializar”. E quando a Língua Portuguesa, que é uma espécie de nação, unifica-se com a mesma língua – mas que é diferente – de outros países lusófonos para formar um caldo único de temperos diversificados.

E a Geografia, que é tão humana, estende-se às territorializações mais triviais (págs. 17 e 50). As que se vê todo dia na rua, como o cachorro demarcando território nos postes. Observações que ganham profundidade quando nos abrimos para o espaço público, compartilhável, as calçadas do nosso planeta. **zz**



## Ocupantes e ocupados

**T**alvez em poucos lugares do mundo o território seja uma questão tão fundamental e crítica como no Oriente Médio. À parte as razões de cada um dos lados no mais recente conflito na Faixa de Gaza, a historiadora Arlene Elizabeth Clemesha enxerga um quadro basicamente dividido entre ocupante e ocupado, resultado de um processo de colonização. Para ela, os extremismos do ocupado – no caso o Hamas – são reflexo justamente desse movimento. “O Hamas surgiu da ocupação; sem ela, ele não existiria.” Com mestrado e doutorado em História Econômica pela USP, Arlene integra a diretoria do Instituto de Cultura Árabe e o comitê de coordenação do United Nations International Coordinating Network on Palestine. Autora do livro *Marxismo e Judaísmo – História de uma relação difícil*, Arlene ressalta a participação da sociedade civil – palestina e mundial – como peça essencial para a solução dos conflitos, responsabilidade que a seu ver não é de um lado ou de outro, e sim da comunidade internacional.

**Que conceito de território explica o conflito entre Israel e a Palestina, pensando que o Hamas vê o território como islâmico e Israel não vê a legitimidade do Hamas?** A gente precisa voltar à origem do conflito. Porque, se você não busca a origem, parece que o que existe é um ciclo de violência sem fim. A origem desse conflito é muito simples de ser encontrada: é a ocupação israelense do território palestino em 1967, em Gaza e na Cisjordânia. E, se você quiser ir à origem dos fatos, é em 1948, quando 800 mil palestinos foram expulsos do território que virou Israel. E, hoje, são refugiados em Gaza, na Cisjordânia e no mundo árabe. Na verdade, tem refugiados palestinos no mundo todo. Como que se chegou a isso? A quem que se culpar? Qual é a responsabilidade? Porque um processo que de fato leve a uma solução desse problema terá de levantar responsabilidades, ver como lidar com elas, a quem cabe repará-las e implementar uma resolução justa. Esse processo é extremamente difícil, mas sem ele você não chega à paz. Então, mesmo que hoje se criasse um Estado palestino, isso não ia apaziguar o conflito, porque seria um Estado muito aquém das exigências palestinas.





As exigências não são só da Autoridade Palestina, ou da OLP (*Organização para Libertação da Palestina*), ou de algum partido, mas da população. Não se fala muito, mas há uma sociedade civil organizada na Palestina. Isso tem um peso político muito importante. Ela não entra nas negociações, a gente não ouve falar, mas está atuando. Ela também representa uma população, que traz reivindicações talvez complicadas de implementar, mas simples de resumir. Primeiro: estabelecer um Estado palestino com as fronteiras na linha de armistício de 1949. É a chamada Linha Verde. Hoje, o muro que Israel construiu está além da Linha Verde. Ele está dentro da Cisjordânia. Ele cobre 10% do território da Cisjordânia. Então, estabelecer um Estado palestino com territórios na Faixa de Gaza, mais a Cisjordânia e a fronteira na Linha Verde. Segundo: isso significa que a Jerusalém Oriental é palestina e a Jerusalém Ocidental, israelense. Só que hoje Israel ocupa toda a Jerusalém. Inclusive, a comunidade internacional não reconhece Jerusalém como capital de Israel, tanto que a capital é Tel-Aviv. Terceiro: o direito de retorno dos refugiados. A UNRWA, agência da ONU para refugiados palestinos, essa que foi bombardeada agora, registrou 5 milhões e meio de refugiados. Então, este retorno dos refugiados é uma coisa que o Estado de Israel diz que é impossível, porque isso transformaria o Estado judeu em um Estado árabe. Ou de uma maioria árabe.

**Nesse mapa não se pode deixar de mencionar o apoio dos Estados Unidos a Israel. Em que medida este apoio gera simpatias ou antipatias entre a comunidade internacional? E define as ações de órgãos como a ONU?** O papel dos Estados Unidos é fundamental, assim como foi o apoio da Inglaterra para o sionismo antes da criação do Estado de Israel. Os EUA repassam para Israel, em média, US\$ 3 bilhões por ano. Não é empréstimo, é repasse. Os EUA sabem que Israel vai retornar grande parte disso na forma de compra de armas. Esses jatos F-16, por exemplo, são armas compradas dos americanos. O papel de Israel como aliado dos EUA dentro do Oriente Médio é fundamental para explicar a própria dominação do Oriente Médio hoje. Israel tem interesse, sim, na manutenção de uma base militar, que é mais do que isso, é um país militarizado apoiando a política americana. E isso explica por que a ONU não implementa atitudes concretas para fazer com que sejam cumpridas as suas resoluções. Nem sequer as resoluções de controle de segurança são cumpridas. Mesmo as resoluções do Conselho de Segurança não são aplicadas. Como a Resolução nº 242, da guerra de 1967, que obrigaria o Estado de Israel a retirar toda a ocupação dos territórios da Cisjordânia e de Gaza. Nunca foi cumprida.

**Mas eles não saíram todos em 2005?** Em 2005 saíram 8 mil colonos de Gaza. Mas existem 400 mil colonos na Cisjordânia. A retirada desses 8 mil não significa que o território, hoje, é

um território desocupado. Porque, o que define um território ocupado é a capacidade de um país de controlá-lo. Ou seja, há o controle das fronteiras, espaço aéreo, espaço marítimo. Então, Israel destruiu o aeroporto de Gaza. Há muito tempo Gaza não tem aeroporto. As fronteiras são todas fechadas, muradas. Gaza está com fronteiras fechadas e controladas pelo Exército israelense. O espaço marítimo também é controlado e praticamente não se pode pescar, o que seria uma das principais atividades para a população de Gaza. Então, é território ocupado, a ONU não considera como território desocupado.

**A Palestina, por definição, é uma nação ainda não legitimada, apesar das promessas do governo americano. Aliás, quem deveria e teria condições de legitimar isso?** Para esse Estado palestino ser criado, ele precisa ter soberania e autonomia. Estas são as bases de um Estado. E, para isso, Israel tem de retirar seus 400 mil colonos da Cisjordânia. Deixar que o governo palestino controle as próprias fronteiras. Ou seja, retirar essa ocupação, que é uma ocupação militar, e uma ocupação de fato.

**Mas como, se do lado do governo palestino, o Hamas não é reconhecido pela comunidade internacional?** O Hamas não é governo palestino, é governo da Faixa de Gaza. Como é que a gente chegou a esta situação, do Hamas governando Gaza? Disso pouco se falou. Porque em 2006 foram realizadas eleições para o conselho legislativo, ou seja, o Parlamento palestino. O Hamas obteve maioria e Israel não aceitou o resultado eleitoral. Então, a comunidade internacional – a União Europeia, e os Estados Unidos principalmente – passou a boicotar o governo.

O que significava este boicote? Você não tira uma carteira de identidade palestina. Não existe um passaporte palestino. Dessa forma, toda a documentação tem de passar por escritórios israelenses. E os impostos também são recolhidos pelo Estado de Israel, e, por isso, repassados para a Autoridade Palestina, segundo acordos feitos em 1993 e 1995, os Acordos de Oslo. Dentro deles é que foi criada a Autoridade Palestina. E a Autoridade Palestina concordou em realizar eleições, estas em que o Hamas foi vitorioso. Israel não aceitou e reteve os impostos, que, por obrigação teria de passar. Em seis meses, ninguém mais tinha salário. Assim, nas universidades, no serviço público, o que já não estava quebrado, quebrou completamente. Porque, depois da Intifada de 2000 a 2005, grande parte da infraestrutura palestina, dessa autoridade nacional, já estava quebrada. Por exemplo, em 2002, quando atacaram Jenin. É impressionante como os ataques foram dirigidos contra edifícios com documentação, infraestrutura. Tudo o que a Autoridade Palestina vinha construindo por anos, anos e anos, foi atacado. Além de a população ser massacrada.

A União Europeia fez a mesma coisa. E pararam de repassar

as verbas que deveriam ter enviado conforme os Acordos de Oslo. Isso quebrou o governo. Mahmud Abbas decretou estado de calamidade, e mudou a liderança do Parlamento. O Hamas, então, após ganhar as eleições, assumiu o controle de Gaza, onde era mais forte e podia fazer isso. Porque a base do Hamas é e sempre foi Gaza. Em 2007, chegou a haver um governo de união nacional, formado pelo Fatah, pelo Hamas e por outros partidos também. Porque não é só Fatah-Hamas. Tem a Frente Democrática de Libertação da Palestina, a Frente Popular de Libertação da Palestina e uma série de outras organizações e partidos, como o Partido da Iniciativa Nacional. E este governo foi reconhecido pelo Brasil, foi reconhecido por vários outros Estados, mas não pelos poderosos do mundo. Não pelos Estados Unidos e pela União Europeia.

**Diante desse momento histórico em que Barack Obama assume a Presidência dos Estados Unidos, podemos dizer que algo muda nessa ordem geopolítica? Pode-se entender que o poder estaria mais equilibrado e que as soluções locais serão mais respeitadas?** O discurso e as primeiras ações do Obama na nomeação do seu governo não indicam que vá haver alguma mudança significativa. Agora, engraçado é que governos e governantes tenham agido como se fosse haver uma mudança. Ou pelo menos com mais liberdade de movimentação. Isso foi muito positivo.

**A postura americana de se colocar como guardiões da democracia vale para um lugar como o Oriente Médio, como a Palestina?** Bom, sempre que os Estados Unidos utilizaram esse argumento, o resultado foram atitudes contrárias à democracia, como as invasões. Mesmo contra um governo que era democrático, na Palestina. Agora, uma coisa à qual a gente tem de estar atento é para mudanças vindas de necessidades econômicas, de uma necessidade de, realmente, não continuar com a política agressiva e intervencionista que eles vinham sustentando. Então, acho que o mais provável, se a gente for pensar na possibilidade de uma mudança, é que tenha como origem a nova situação econômica dos EUA.

O conflito palestino é um dos que dependem da comunidade internacional para serem resolvidos. Ele não pode ser resolvido sem esse peso. E tem mais, é responsabilidade internacional. Porque é um problema criado pela ONU. Não foi um problema criado pela Palestina, não foi um problema criado pelos países árabes, não foi um problema criado por Israel sozinho. Ele foi criado pela ONU, quando tomou a decisão de realizar a partilha. Se quiser ir mais a fundo, foi um problema criado pela Inglaterra, quando os ingleses dominavam a Palestina e apoiaram o movimento sionista, que trouxe imigrantes da Europa Oriental para uma terra que já era habitada. Onde já tinha uma nação. Não era um espaço vazio, como dizia a propaganda do governo

“ Houve boicote à África do Sul do *apartheid*. O presidente da Assembleia-Geral da ONU questionou se o mesmo não valeria para Israel ”

sionista na época. Então, em 1947, a ONU decidiu partilhar, dividir esse território entre judeus e árabes palestinos, e criou-se o problema.

**A senhora disse que é uma questão da comunidade internacional. Mas quem é essa comunidade? Como isso se daria?** A gente tem de pensar na importância da sociedade civil. Porque as pessoas têm uma opinião, as pessoas têm uma consciência. Organizam-se e encontram maneiras de fazer uma grande diferença. Por exemplo, na época em que surgiu o *apartheid*, vários países, através da ONU e da comunidade internacional, começaram a adotar boicotes contra a África do Sul. O mesmo se tenta fazer em relação ao Estado de Israel. E isso é algo que partiu da sociedade civil palestina: um apelo por boicotes. Várias organizações ao redor do mundo assumiram essa luta. Outro dia, 29 de novembro, o presidente da Assembleia-Geral da ONU, o padre Miguel D'Escoto Brockmann, fez um discurso questionando se não seria o caso de a ONU pensar seriamente em aprovar boicotes, sanções e desinvestimentos contra o Estado de Israel, até que ele cumpra as resoluções da ONU. Se a Assembleia-Geral aprovar isso, uma resolução da Assembleia-Geral diria: “Uma vez que é um Estado que há 60 anos descumpra as resoluções da ONU, a lei internacional, recomendamos que todos os países-membros da Assembleia-Geral passem a implementar boicotes em relação ao Estado de Israel.” E aí quem tem que implementar isso? Os países, os governos, a partir do movimento que começou com a sociedade civil palestina.

**Agora, vou fazer o papel de advogada do diabo. Admitindo-se que esse conflito também é de interesse da indústria armamentista, temos, de um lado, a comunidade internacional voltada para as sanções e, de outro, o poder econômico. Até onde Obama, por exemplo, teria capacidade de enfrentar a indústria armamentista americana?** Geralmente este é o *xis* da questão. A gente está falando em interesses econômicos. Nenhum governo quer ter uma postura que possa ser condenada. O Brasil é o terceiro maior importador de produtos israelenses no mundo. Então, há interesses econômicos fortíssimos apenas neste caso. No caso dos Estados Unidos, mais ainda.

**Que paralelos desse conflito podemos traçar com disputas brasileiras, entre grandes fazendeiros e os sem-terra, indígenas, quilombolas, que seguem a lógica de uma sociedade de trabalho e consumo coletivo?** Bom, a organização é muito importante. Durante a primeira Intifada, foi notável a forma como as comunidades de bairro, camponesas, os vilarejos, se organizaram para boicotar Israel. Foi uma primeira atitude de resistência não-violenta e de organização dentro da comunidade, da terra. Você está pergun-



tando sobre uma dinâmica ali, na terra. E isso é muito importante, principalmente se a gente entende como é a colonização sionista. Seria como se os palestinos dos vilarejos, do campo ou mesmo das cidades estivessem no lugar dos camponeses sem-terra. E o Estado de Israel organizando os fazendeiros. O que acontece ali é uma colonização que teve início no começo do século XX, com imigrantes da Europa Oriental chegando e formando colônias agrícolas. Com mão-de-obra apenas judaica, sem empregar mão-de-obra árabe. Os chamados *kibutzim*. Esses *kibutzim*, ao mesmo tempo criavam, consumavam a ocupação da terra e do trabalho e não permitiam a permanência do palestino na terra. Por onde chegavam essas colônias, tanto os *kibutzim* como outras formas de organização, expulsavam o camponês, o original da terra, o que estava ali há séculos. Então, é exatamente um processo de colonização para ocupação da terra, não para a exploração do trabalho. A mesma coisa continua acontecendo hoje na Cisjordânia. As colônias sionistas são como bairros judeus dentro da Cisjordânia, são células de ocupação da terra e expulsão, portanto, do trabalhador. Esses israelenses que estão nessas colônias em território ocupado na Cisjordânia não trabalham ali. Trabalham, grande parte, em Israel e vivem na Cisjordânia. Nessas estradas, palestino não pode circular. Tem as barreiras, tem a polícia rodoviária olhando para ver se não tem nenhuma placa árabe. Por essas estradas, que estão na Cisjordânia, não pode circular um árabe. Então isso é nada mais do que segregação racial, é racismo. Isso é *apartheid*. Aliás, vários dirigentes sul-africanos, como Desmond Tutu, que é um dos nomes mais notórios do processo de reconciliação de toda a África, ao visitar a Palestina disse que o que existe lá é pior do que o *apartheid*.


**Mas, se o Hamas tem a legitimidade da população local para governar, por que não encontra isso na comunidade internacional?** Bom, primeiro, ninguém em sua consciência pode apoiar politicamente o Hamas como governo, não é algo que se queira. Mas ninguém, também, que tenha uma consciência do que é a questão palestina, vai deixar de apoiar o Hamas na sua resistência a Israel. Porque são duas coisas diferentes. É um fraco opondo resistência ao Estado de Israel. E isso não se pode colocar na mesma balança. Agora, a carta de fundação do Hamas, realmente parece coisa de doido. É fundamentalista. Só que o Estado de Israel tem a mesma coisa. Israel não tem Constituição e as suas leis são todas leis religiosas. Então, se você for ver o que dizem várias das leis israelenses, eles não são mais responsáveis do que o Hamas. É por isso que prefiro nem entrar nessa questão. Porque condeno toda a mistura de religião e política nessas duas partes. Só que, nessas duas partes, existe um ocupante e um ocupado. E até mesmo os extremismos do ocupado são reflexo da ocupação. O Hamas surgiu depois da ocupação. Sem a ocupação, ele não existira. Aliás, o Hamas surgiu lá na década de 1980, com o

apoio financeiro de Israel. As formas cada vez mais radicais que os ocupados vêm assumindo são reflexo da intransigência do ocupante. Porque o governo palestino, até uma década atrás, não tinha traços de religiosidade. A população é bastante religiosa. E o próprio Yasser Arafat era um homem religioso. Mas a sua casta política, a sua proposta de governo era absolutamente laica, nacionalista laica. Então, agora, a tendência ao fundamentalismo é generalizada em todo o mundo, e não é só no mundo islâmico. É entre cristãos, e no judaísmo também, cada vez mais.

**Como é o acesso dos palestinos à internet? Tem alguma rede on-line que possa servir de plataforma para essa organização da sociedade civil? Em Cuba, por exemplo, existe, e eles a chamam de *blogostroika* (leia a respeito na ed. 23 de Página 22, de setembro de 2008). São blogs cubanos que vivem quase em um país desejado, quase um país imaginário. Também seria uma maneira de organizar manifestos,**

**ou os próprios encontros. Os cubanos vão fazer o primeiro encontro da *blogostroika* on-line, o que é outro território. Existe esse tipo de movimento na Palestina?** Tem internet, tem vários sites que são muito importantes na organização. Há um ano surgiu um site, o [www.bdsmovement.net](http://www.bdsmovement.net). É de um grupo muito grande, pode-se dizer que é o conjunto da sociedade civil palestina organizada. Há centenas de organizações por trás desse comitê, chamado Comitê Nacional de Boicote. A possibilidade da utilização da internet é fundamental. Porque eles lançaram o apelo em julho de 2005 pelo boicote. Esse apelo foi aprovado em uma reunião da sociedade civil na ONU no mesmo julho de 2005. Na *Folha de S.Paulo* saiu um artigo da Naomi Klein (*jornalista, escritora e ativista judia-canadense*) defendendo o boicote. No final do texto, ela cita o caso de uma empresa, inglesa, que confirmou um contrato com uma firma israelense, dizendo mais ou menos assim: “Olha, não é por nada não, mas a gente está perdendo dinheiro. Nossos consumidores não estão comprando os nossos produtos por causa da nossa colaboração.” Então, há vários exemplos de boicote.

**Isso segue a mesma tática da guerrilha, não é? Fazer a coisa funcionar no paralelo, já que por meio das grandes instituições não se resolve.** Exatamente. É a pressão, a chamada resistência não-violenta.

**Hoje, ainda falta um líder carismático nessa situação? Com todos os problemas, falamos do Arafat. O Obama é um líder carismático, o Lula foi o nosso líder carismático. Então, quem sabe a Palestina precise de um grande nome, um superpolítico?** Na ausência de um líder carismático, e mesmo na presença de um líder carismático, eu acho que vale mais a pena dizer o seguinte: o que falta é a unificação da sociedade palestina para reivindicar aquilo que ela acredita que tem direito a reivindicar. Acho que falta mesmo é a unificação social e uma unificação interna. 

“Haja ou não um líder carismático na Palestina, o que falta mesmo é uma unificação social e uma unificação interna”

# Artigo

ARON BELINKY

Consultor em responsabilidade social e sustentabilidade, tem formação em Geografia pela FFLCH/USP e Administração Pública pela EAESP/FGV. [aron@ecopress.org.br](mailto:aron@ecopress.org.br)



## Que território é esse?

Uma rápida **olhada em nossa volta** e podemos descobri-lo em toda sua clareza e complexidade

**D**esafiado por este artigo, parto em busca do território. De minha janela em São Paulo, vejo as ruas arborizadas do Jardim Europa. Uma empregada doméstica passeia com o cachorrinho de raça, que demarca território fazendo xixi em um muro coberto de pichações. Ouço um sabiá, e lembro que também o canto dos pássaros é uma forma de territorialidade, de alertarem que dominam certa área. No céu, passa um avião. Vem de outro país, das terras de outras gentes e governos. À minha frente, a tela do *notebook* é a janela para um mundo quase infinito. O ícone do Google Earth me leva à imagem do planeta, com seus mares, nuvens e continentes. Mais um clique, e recorta-se sobre a Terra um mosaico inconfundível: as linhas – imaginárias ou não – das fronteiras nacionais.

Pronto: um rápido olhar em volta nos revela o território, em toda sua clareza e complexidade. Em toda sua inteireza e fracionamento, sua singularidade mesclada de superposições. A cena da janela mostra que, antes de mais nada, território é uma forma de poder: é uma porção


do espaço sobre a qual alguém exerce (ou tenta exercer) controle. O sabiá e o cãozinho indicam sua presença por sinais físicos e inequívocos. Cachorros não voam nem sobem em árvores: o céu e as copas são territórios naturais das aves. Fatores da natureza também contam ao se moldar territórios.

Ao erguer os muros em torno de suas casas e ao postar os vigilantes em suas guaritas, os donos dos imóveis também delimitam e tentam defender seus territórios. Assim dão dimensão física a um poder que adquiriram por força da lei: quem compra é dono, e pode defender o que é seu. Ou seja, o território também se cria a partir de convenções sociais, e não apenas pela natureza ou força física. Mas – pelo menos no Brasil de hoje – o poder do dono em sua propriedade é relativo, sujeitando-se a normas das mais diversas origens: o contrato de loteamento, a convivência com vizinhos, ONGs e associações de moradores, além das leis municipais, estaduais e federais. Nem sempre foi assim: há duas décadas não havia, por exemplo, lei que preservasse os bairros-jardim de São Paulo. Voltando aos tempos do Brasil Colônia, o dono da fazenda que aqui existia tinha direito de vida e morte sobre os escravos que nela viviam. Antes ainda, nem Brasil havia, nessas terras ainda dos Tupis e outros indígenas. O território, assim, revela-se algo dinâmico e historicamente determinado: que muda no tempo e conforme mudam as sociedades.

Vejo o muro pichado, e lembro que os garranchos são signos de tribos urbanas, de jovens que exibem sua ousadia e demonstram

inconformismo com o espaço a eles destinado pelas regras do jogo em vigor. Pensando também na empregada doméstica e nos vigilantes, eu me pergunto se seriam tão bem-vindos a este bairro onde trabalham se viessem no final de semana caminhar pelas calmas ruas arborizadas e fazer um piquenique na praça, com uma turma de amigos ou parentes. O território – que também pode ter regras e fronteiras invisíveis – reflete aqui uma realidade de disputa social, de classificação, apropriação e exclusão. Imagino que o estranhamento seria menor, se a turma do piquenique fosse composta de jovens “bem-nascidos”, com seus colegas intercambistas vindos de vários países do mundo, mas de semelhante educação e classe socioeconômica. Tenho a sensação de que muitos brasileiros ricos se identificam mais com os ricos de outros países do que com seus compatriotas, os brasileiros pobres. E vice-versa, tanto para os ricos quanto para os pobres. Território também tem muito a ver com nacionalidade e identidade.

Somos ensinados que a pátria – o Estado-Nação definido como a entidade com poder soberano sobre um certo território – é o grande componente de nossa identidade: somos brasileiros, italianos, israelenses ou de qualquer nacionalidade, conforme o lugar em que nascemos ou o país a cujas leis nos sujeitamos. Mas, curiosamente – como mostram os três exemplos que mencionei –, a nacionalidade pode ser definida não só pelo local de nascimento, mas pela pátria dos antepassados, ou mesmo por laços religiosos e culturais (*entrevista à pág. 12*). E até a noção de soberania é cada vez mais relativa: leis nacionais dialogam com direitos internacionais e governos de países sujeitam-se a mercados globais, enquanto empresas transnacionais, capitais imateriais e redes virtuais circulam e agem na velocidade da luz, aparentemente acima e além das fronteiras físicas. **O território se expande para além do mundo físico, e incorpora novas dimensões: refere-se mesmo a qualquer espaço, seja ele terreno, virtual, cultural, seja imaginário.**

Tudo isso é verdade, mas há uma realidade simples e direta: o território é portador dos recursos essenciais à nossa vida, em todas as suas dimensões. E vivemos todos em um só planeta, dependendo dos mesmos recursos. Da capacidade de compartilharmos esse território comum depende nosso futuro. 



ENCONTROS

INSUSPETADOS

Surgem convergências em meio às arestas na discussão sobre uso e ocupação do solo no Brasil

POR Amália Safatle FOTO Bruno Bernardi

Que o setor produtivo e os ambientalistas se enfrentam duramente ao esquadrihar terras destinadas ao cultivo agropecuário e terras voltadas para a conservação da natureza é sabido de longa data. Notícia mesmo está em possíveis pontos de convergência e intersecção entre esses históricos antagonistas. Ainda que muitos deles próprios não se deem conta disso. Três fatos, juntos, falam por si.

Primeiro. No final do ano passado, o governo federal lançou o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que prevê a redução das emissões de carbono entre 2009 e 2017 em razão do combate ao desmatamento na Amazônia, que cairia para cerca de 7 milhões de hectares somados nesse período.

Segundo. O Pacto Nacional pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia, assinado por nove

organizações não-governamentais, propôs zerar o desmate ao fim de sete anos. Até atingir a meta em 2015, a floresta derrubada somaria cerca de 4 milhões de hectares.

Terceiro. A consultoria econômica LCA fez um estudo em que projeta o desmatamento até 2020, levando em conta a necessidade de uso da terra para produção agropecuária dentro das condições tradicionais de produção existentes hoje no País. O levantamento preliminar, em fase de conclusão, considerou variáveis macroeconômicas, tais como taxa de câmbio, de inflação, crescimento da economia mundial, demanda e preço de *commodities*, balizadas por três cenários, de alto, de médio e de baixo crescimento econômico. No baixo, seriam necessários, para a produção, 9 milhões de hectares no País, sendo 6,8 milhões na Amazônia. No alto, 11 milhões no território nacional e 8 milhões na região amazônica.



Some-se a isso um cálculo grosseiro. O bioma amazônico no País tem 420 milhões de hectares. A área desmatada corresponde a 18%, ou 75 milhões de hectares. Admitindo-se que o *tipping point*, limite até o qual a floresta ainda mantém suas capacidades vitais, é de 20%, sobriam 2%, ou 8 milhões de hectares.

Quem relacionou esses fatos e números foi Luis Laranja, coordenador do programa de agricultura e meio ambiente de uma ONG, o WWF-Brasil – entidade que encomendou o estudo da LCA. Com isso, conclui: em espaços de tempo similares, números como 7 milhões, 4 milhões, 6,8 milhões ou 8 milhões não diferem tanto entre si em ordem de grandeza, se comparados às diferenças que os setores alimentam uns contra os outros. Governo, ONGs e iniciativa privada estariam, no fim das contas, falando praticamente a mesma língua. “Aqui tem uma conversa e uma oportunidade de convergência, pela qual podemos otimizar a produção e garantir a conservação”, afirma.

A visão de Laranja não é isolada, e não são apenas os números que conversam. Até o final do ano passado, por exemplo, atores de trupes diferentes sentavam-se com relativa frequência à mesma mesa para debater possíveis pontos em comum no teor do **Código Florestal**.

Quem poderia imaginar diálogos entre Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Greenpeace? Aproximações, ainda que frustradas, entre os ministérios da Agricultura (Mapa), do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA)? ONGs, entre as quais o Greenpeace, procurando ouvir a opinião do atual secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Xico Graziano, personagem com berço e trajetória no agronegócio e passagem no governo paulista pela pasta da Agricultura?

Mais que fiel espelho do embate entre as alas conservacionista e produtiva, o Código reflete todo o grande impasse do desenvolvimento em um país onde a discussão de temas fundamentais facilmente reduz-se a um bombardeio jurídico e legislativo. A profusão de propostas de modificação do Código é tanta que essas vão desde extinguir a figura jurídica da **Reserva Legal**, até elevar seus percentuais para 90% na Amazônia, 50% no Cerrado, 20% no campos gerais e 35% nas demais áreas. Outra defende expro-

priar as terras de quem não cumpre a Reserva na Amazônia legal, enquanto um projeto, o PL 3.225/2008, um dos mais debatidos ultimamente, permite computar a Área de Proteção Permanente (APP) no cálculo da Reserva Legal.

Duro demais ou até impossível de ser aplicado na visão de uns; instrumento vital para a sustentabilidade ambiental e agrícola na visão de outros. Fato é que não tem sido eficaz, à medida que é largamente descumprido. Flexibilizá-lo, em vez de enfraquecê-lo, não o fortaleceria, tornando-o mais conciliável com a atividade produtiva, e então respeitado?

Essa é uma pergunta que pode soar herética em algumas alas ambientalistas. Mas, em outras, não. Promover uma ampla, profunda e civilizada discussão entre as diversas linhas de pensamento sobre alterações no Código – seja em ambientes formais, seja nos informais e no Parlamento – parece ser a única maneira de pôr fim ao impasse, e essa é a primeira constatação que aponta no horizonte da convergência. “O ambientalismo precisa tirar a bandeira fincada, pois a perda ambiental está acontecendo agora”, diz Graziano, ao defender que o movimento esteja aberto a flexibilizações.

“Sabemos que a lei não vai impedir o desmatamento, mas enfraquecê-la vai acelerá-lo”, diz Marcio Astrini, da campanha da Amazônia do Greenpeace. A reportagem pergunta se flexibilizar, a seu ver, significa enfraquecer. “Não, desde que essa flexibilização ajude na preservação da floresta”, responde. “A gente vai até um certo limite, mas é verdade que o Código Florestal precisa ser atualizado, para que a produção e a preservação sejam, ao mesmo tempo, mais efetivas”, afirma.

“Uma boa solução para o impasse é uma que vai descontentar todos os lados. Cada um terá de ceder um pouco”, acredita Evaristo de Miranda, chefe-geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Monitoramento por Satélite, para quem o Código Florestal, como é hoje, é simplesmente impossível de ser cumprido (*leia quadro na página 21*).

Mas foi o contrário que se deu nas últimas reuniões de um Grupo de Trabalho criado em outubro passado pelo MMA, MDA e Mapa para discutir mudanças no Código. Formado por parlamentares das comissões de agricultura e meio ambiente do Congresso, um representante da sociedade civil e um da CNA, o grupo viu as negociações azedarem e acabou extinto no final do ano.

Segundo ambientalistas que acompanhavam as reuniões, ruralistas apoiados pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, teriam esticado demais a corda ao propor, além do

**HIPERLINK**

Áreas ao longo de cursos d'água, ao redor de lagoas, lagos, reservatórios naturais e artificiais, no topo de morros, montanhas, serras e montes, nas quais a vegetação nativa deve ser mantida intacta. Áreas em altitude superior a 1.800 metros também devem ser preservadas, qualquer que seja a vegetação.

**HIPERLINK**

Criado em 1934, rege os parâmetros para uso do solo e conservação ambiental no Brasil, e foi continuamente modificado por leis e medidas provisórias. Acabou se transformando em uma colcha de retalhos e hoje é alvo de um sem-número de projetos de lei e propostas de emendas constitucionais.

**HIPERLINK**

Parcela da propriedade rural destinada à conservação da biodiversidade, abrigo e proteção da flora e fauna nativas, onde se pode fazer o uso sustentável dos recursos naturais. A lei prevê parcelas de 80% no bioma amazônico, 35% no Cerrado e 20% nos demais biomas.

# Ambientalista defende **discussão** similar à que houve sobre a lei de **gestão de florestas**

cômputo de APPs na Reserva Legal, anistia a quem desmatou e ocupou essas áreas até julho de 2007, e redução da reserva para 50% na Amazônia. As ONGs também questionaram a baixa representatividade diante da maioria ruralista.

Para André Lima, advogado e coordenador-adjunto do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), “Stephanes levava as discussões com racionalidade e tranquilidade, até que radicalizou, provavelmente pressionado por suas bases”. Os ambientalistas foram barrados na última reunião do GT e o ministro anunciou o fim das negociações.

A má experiência do grupo de trabalho pode dar a entender que qualquer convergência ou diálogo será impossível. Justamente neste momento em que o Código Florestal virou pivô de conflitos no primeiro escalão do governo, principalmente entre Stephanes e Carlos Minc, do MMA, em meio à falta de uma articulação neutra e equilibrada.

Minc chegou a afirmar que o problema do meio ambiente não é com a agricultura, é com o ministro Stephanes. E que a grande agricultura, que o ministro representa, está querendo aproveitar a necessidade de mudança do Código para aprovar medidas de seu único interesse.

Quem poderia cumprir o papel de articulador, capaz de alçar o Código, de motivo de bate-boca, para um conjunto de regras consistente, bem amarrado e respeitado por todos os lados? A Casa Civil, personificada por Dilma Rousseff, com todo seu viés desenvolvimentista?

Segundo Xico Graziano, Carlos Minc estaria disposto a tomar a discussão “em uma base um pouco menos governista”, formando um grupo diversificado de interlocutores. “Se ele me

## ► Terras demais, terras de menos

SOBRAM OU FALTAM ÁREAS PARA CULTIVO NO PAÍS?

Sob encomenda do presidente Lula, Evaristo de Miranda, da Embrapa, calculou a disponibilidade de terras para produção agropecuária, considerando-se o cumprimento à risca do Código Florestal. Segundo ele, descontando-se Reserva Legal (31,54% do território nacional), APPs (16,94%), Unidades de Conservação e Terras Indígenas (26,95%), restariam apenas 28,94% livres, ou 240 milhões de hectares. Leia mais em <http://www.alcance.cnpemembrapa.br/>.

Luis Laranja, do WWF, faz críticas. “O estudo não facilita a convergência e baseia-se em cálculos que induzem a erros”. Ele acrescenta que, se a produtividade média da pecuária subir de uma cabeça por hectare para 1,5, por exemplo – o que ainda seria baixíssimo –, sobriam 40 milhões de hectares para cultivo.

Produtores de cana usaram 3,4 milhões de hectares para produzir todo o etanol de 2007, compara Rodrigo Lima, do Icone – instituto que tem um projeto para mapear pastagens no País e identificar áreas degradadas.

“Essa disponibilidade vai em linha com o que o próprio ministro Reinhold Stephanes continuamente repete: que não é preciso cortar nenhuma árvore para que a agropecuária no Brasil seja pujante”, diz Laranja. Com o que todo os ambientalistas concordam.



# Entre pontos em comum, reconhecer diferença nas ocupações e pagar por serviços ambientais

convidar, estou disposto a apresentar minhas ideias”, afirma. No final do ano passado, o secretário chegou a formular uma proposta, segundo suas palavras, “conciliadora”.

A saída está em aprofundar, ampliar e diversificar o debate, defende André Lima, do Ipam. “O desmatamento é um tema muito forte para o Brasil. A discussão sobre ele não pode ser feita em uma sala, por meia dúzia de ilustrados.” Por isso, propõe que se instale um processo de discussão parecido com o que houve em torno da **Lei de Gestão de Florestas Públicas** – proposta em dezembro de 2003 e sancionada em fevereiro de 2006. Segundo Lima, foram dois anos de debate profícuo, audiências públicas, discussão por meio da mídia, atuação de grupos de trabalhos com alta representatividade, debate legislativo intenso.

Quando o projeto de lei chegou à votação, toda uma discussão prévia já tinha ocorrido.

“O mesmo deveria acontecer para o Código. Dessa forma, a gente pode obter, em dois ou três anos, um conjunto consistente de leis para os próximos 40 anos”, diz Lima.

Um dado elementar nesse debate é seu contexto econômico. Em

meio à crise mundial e adversidades climáticas, a CNA prevê um recuo de 10% nos volumes desta safra, o que estaria acirrando os ânimos do setor produtivo. “Qualquer aperto que haja no Código Florestal vai ter reflexo em preço, oferta e emprego. O setor não tem dinheiro para **recompôr essas áreas**, especialmente neste momento em que não está pagando nem fornecedor”, afirma Mônica Bergamaschi, diretora-executiva da Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto (Abag/RP).

Ela acredita que a melhor maneira de discutir o Código é sob a luz da ciência, para que a conversa se torne menos política e ideológica e mais técnica – tanto por parte dos ambientalistas como do setor econômico. “Queremos, por exemplo, que os percentuais de Reserva Legal sejam definidos com base em critérios científicos. O que baseia 20%, 35% ou 80%?”

Segundo ela, a entidade tem participado de **round tables** e a conversa fluiu bem com ONGs, deputados, frentes parlamentares e comissões. “O problema é quando entra a briga política. Aí o conflito aumenta e volta o impasse.”

Astrini, do Greenpeace, também acha que nos ambientes fora do governo foi onde a discussão mais evoluiu. “Para

#### HIPERLINK

Segundo o Decreto nº 6.514, assinado em junho de 2008, os proprietários rurais que não respeitam reserva legal e APP são obrigados a recompô-las. Em dezembro, Lula o alterou por meio do Decreto nº 6.586, impedindo o Ibrama de aplicar multas no período de um ano.

#### HIPERLINK

Mesas-redondas que estimulam o diálogo e a convergência entre os setores econômico, ambiental e social. Exemplos: round table da soja responsável e dos biocombustíveis sustentáveis.

avançar mais, teremos de chegar a um bom acordo em alguns pontos e apresentá-lo ao governo, sem que haja contaminação por interesses políticos”, afirma.

Uma janela de diálogo está justamente em um dos mais polêmicos pontos de discussão: o Decreto nº 6.514. Alguns ambientalistas defendem observar diferenciações em relação a ocu-

#### HIPERLINK

Vale do Itajaí, em Santa Catarina, arrasado por enchentes e desmoronamentos em 2008 devido a chuvas excessivas e ocupação desordenada em áreas de preservação

pações históricas e tradicionais, pois o decreto, a rigor, coloca automaticamente na ilegalidade populações ribeirinhas na Amazônia, plantadores de uva no Sul, de café em Minas Gerais e todos os vaqueiros do Pantanal, pois o bioma inteiro, a rigor, é uma APP.

“O que fazer com uma lavoura de café de mais de um século? É preciso ver caso a caso, se essas áreas são estáveis ou se são um novo **Itajaí**”, afirma Ana Cristina Barros, representante da ONG The Nature Conservancy no Brasil (TNC).

Márcio Astrini concorda: é preciso diferenciar uma APP usada há um século de uma desmatada há duas semanas na Amazônia para criar gado. “Mais ainda: o proprietário que teve incentivo oficial para desmatar há 30 anos tem que ter um tratamento diferente daquele que está desmatando hoje ilegalmente”, diz.

Outro ponto em torno do qual há certa maleabilidade é o de compensar a reserva legal, ou seja, aquele que não mantém a reserva em sua propriedade poderia pagar ao proprietário com área de reserva maior do que o percentual estabelecido, desde que pertença ao mesmo ecossistema e esteja localizada na mesma microbacia. Ocorre que em alguns lugares, como no estado de São Paulo, essa exigência é impossível. “Falta ativo florestal para cumprir a lei”, diz Lima, do Ipam. Mas nem tanto ao mar, nem tanto à terra. “É preciso critério”, ressalva. “Tem gente querendo compensar fora do bioma, trocando reserva na Mata Atlântica e no Cerrado por reserva na Amazônia.” Isso não só prejudica os biomas mais ameaçados, como consolida grandes extensões de terra sem vegetação nativa.

Três estados – Rondônia, Acre e uma parte do Pará – já colocaram em prática a flexibilização de reserva legal, com base em um zoneamento ecológico-econômico (ZEE): a exigência de reserva foi reduzida em áreas com grande aptidão agrícola e aumentada nas de menor propensão. “Evidente que não se pode tratar Amazônia e Mata Atlântica de maneira igual, mas é per-

tinente a compensação na mesma bacia”, diz o deputado José Sarney Filho (PV-MA), para quem o ZEE é chave de toda a discussão. “Não se pode mexer no Código Florestal sem antes buscar, por meio do zoneamento, um espelho de cada estado e cada bioma, para descobrir suas potencialidades de desenvolvimento e definir seus usos”, afirma.

Rodrigo Lima, gerente geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), arrisca: “As ONGs podem não assumir publicamente e a maioria delas é contrária, mas sinto que algumas – e o MMA também – teriam abertura para considerar APP no cálculo da Reserva Legal”. Como as APPs têm uma função ambiental mais esmiuçada, enquanto a da Reserva Legal é mais genérica, focar-se nas APPs seria uma forma de efetivamente garantir a preservação, argumenta ele.

Um claro ponto de convergência entre os dois lados é que haja instrumentos financeiros para a conservação. Produtores questionam por que cabe somente a eles arcar com o custo de manter **reservas legais**, se o benefício para o clima e para a biodiversidade é de toda a sociedade?

“Acho ótimo esse argumento, por isso defendendo o pagamento por serviços ambientais, para que haja um instrumento econômico reforçando o cumprimento da lei”, afirma Luis Laranja, do WWF.

Experiências da TNC com pequenos produtores agrícolas, grandes empresas como Cargill e governos locais mostram como o vetor econômico impulsiona a conservação, agregando valor à produção, e abrindo portas em mercados internacionais que exigem produtos oriundos de terras legais e regularizadas. Segundo Ana Cristina Barros, começam a brotar possibilidades de ganhar dinheiro com reserva legal, já existem fundos de investimento que compram áreas e arrendam, enquanto o MMA elaborou proposta para criar um mercado de cotas de reserva florestal.

Mas, como diz Ana Cristina, o esteio sem o qual nenhuma conversa vai avançar é o respeito à opinião do outro, por mais que praticá-lo pareça impossível. **22**

#### HIPERLINK

Há uma aceitação maior entre agricultores em manter as APPs, pois o benefício para a produção agrícola, como a preservação da água, é mais visível e direto.



$$\int_{R_m} T(x) \cdot \left( \frac{\partial}{\partial \theta} \ln L(x, \theta) \right) \cdot f(x, \theta) dx = \int_{R_m} T(x) \cdot f(x, \theta) dx$$

$$\int_{R_m} T(x) \cdot \left( \frac{\partial}{\partial \theta} \ln L(x, \theta) \right) \cdot f(x, \theta) dx = \int_{R_m} T(x) \cdot f(x, \theta) dx$$

$$\int_{R_m} T(x) \cdot \left( \frac{\partial}{\partial \theta} \ln L(x, \theta) \right) \cdot f(x, \theta) dx = \int_{R_m} T(x) \cdot f(x, \theta) dx$$

$$\int (\log x)^n dx = x (\log x)^n - n \int (\log x)^{n-1} dx$$

$$\int x^n \cos x dx = x^n \sin x - n \int x^{n-1} \sin x dx$$

$$\int x^n \sin x dx = -x^n \cos x + n \int x^{n-1} \cos x dx$$

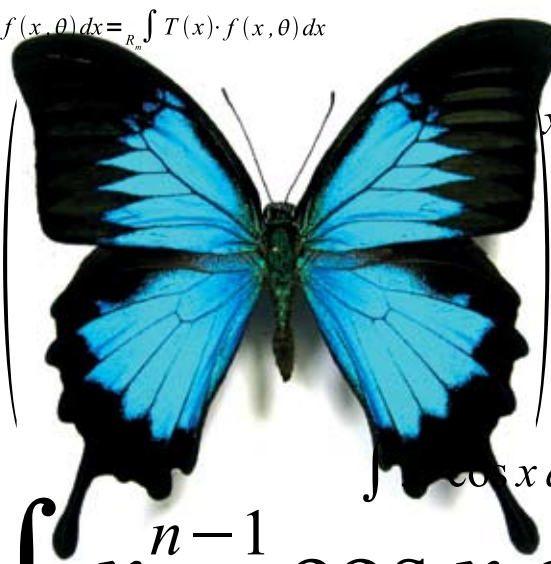
$$\int x^n e^x dx = x^n e^x - n \int x^{n-1} e^x dx$$

REPORTAGEM AMAZÔNIA

A equação fundiária no norte do País atingiu enorme complexidade. Acelerar e simplificar a regularização é preciso, mas pode criar problemas ainda maiores

# O nigma da terra

POR Carolina Derivi



$$\frac{\partial}{\partial a} \ln f_{a, \sigma^2}(\xi_1) = \frac{(\xi_1 - a)}{\sigma^2} f_{a, \sigma^2}(\xi_1)$$

**E**m um belo dia dos anos 60, algum general no comando da ditadura brasileira teve uma ideia que parecia brilhante, simples e muito razoável: "Uma terra sem homens para homens sem terra". A terra em questão era quase a metade do território brasileiro, a Amazônia selvagem. Em tempos de democracia zero, e menos ainda de precaução ecológica, a ordem era desenvolver na receita tradicional: estradas, fazendas, hidrelétricas e muita gente para povoar. Em 50 anos, a população na Amazônia legal saltou de 4 milhões para 24 milhões. Estava plantada a semente do caos fundiário que hoje atormenta, uma a uma, as gestões que se sucedem nos governos democráticos.

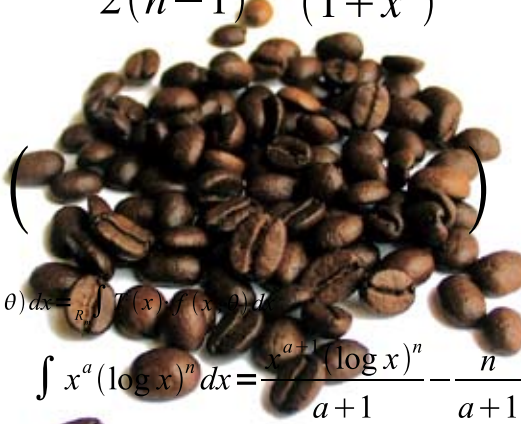
especificamente até 2003 – o próprio Ibama aceitava as declarações de posse para elaboração de planos de manejo. Se considerarmos que a intenção do governo militar era de fato boa, ou seja, desenvolver o País, é uma trágica ironia que, nos dias de hoje, a receita tenha se transformado em seu avesso. Desatar o nó fundiário na Amazônia não é simplesmente uma questão ambiental, tampouco, apenas de justiça social, traduzida no esforço de conter a violência no campo. É uma questão de desenvolvimento.

de Soto no contexto amazônico, com olhar mais aprofundado nas atividades produtivas. Seu foco são os custos transacionais, que ele define de maneira muito simples: "São os custos em que a pessoa incorre para proteger e garantir o seu direito de propriedade. Um exemplo claro é o guarda que eu contrato para proteger a minha casa. Sem a presença do Estado, recai sobre a empresa um custo enorme para tentar proteger a propriedade e o direito de produzir".

Um dos maiores economistas de nosso tempo, o peruano Hernando de Soto, ganhou notoriedade com seu estudo sobre como o respeito à propriedade privada pode alavancar o desenvolvimento das nações, sobretudo as nações mais pobres. Formalizar a propriedade, terras e moradias, é gerar ativos injetáveis na economia, na forma de bens e impostos. É como criar o capital.

O lado nefasto dessa lógica é que os custos transacionais não recaem da mesma forma sobre todas as atividades produtivas. As que se pretendem sustentáveis – por definição, legalizadas e de longo prazo – sofrem muito mais. Um grileiro que se apropria do patrimônio público elimina, de imediato, o custo da terra, sem falar nos encargos fiscais e ambientais. Mais do que isso, a lógica incentiva a apropriação constante de mais terra por meio de mais desmatamento. "Se a terra é abundante e gratuita, por que eu vou investir em aumentar a produtividade da minha propriedade,

Durante décadas, o governo estimulou, sem nenhum ordenamento, a ocupação da Amazônia, registrando documentos de posse baseados na simples declaração dos ocupantes. Bastava adentrar um cartório e dizer: "Daqui até ali é tudo meu". E pronto. Até ontem – mais



$$\int \sin^m x \cos^n x dx = \frac{\sin^{m+1} x \cos^{n-1} x}{m+1} + \frac{n-1}{m+1} \int \sin^m x \cos^{n-2} x dx$$

$$\int \frac{dx}{(1+x^2)^n} = \frac{x}{2(n-1)(1+x^2)^{n-1}} + \frac{2n-3}{2(n-1)} \int \frac{dx}{(1+x^2)^{n-1}}$$

$$\int x^n e^x dx = x^n e^x - n \int x^{n-1} e^x dx$$

$$\int x^a (\log x)^{n-1} dx = \frac{x^{a+1} (\log x)^{n-1}}{a+1} - \frac{n}{a+1} \int x^a (\log x)^{n-2} dx$$

$$\int \frac{dx}{(1+x^2)^n} = \frac{x}{2(n-1)(1+x^2)^{n-1}} + \frac{2n-3}{2(n-1)} \int \frac{dx}{(1+x^2)^{n-1}}$$

$$\int x^n \cos x dx = x^n \sin x - n \int x^{n-1} \sin x dx$$



$$f(x, \theta) \left| \frac{\partial}{\partial a} \ln f_{a, \sigma^2}(\xi_1) = \frac{1}{\sigma^2} f_{a, \sigma^2}(\xi_1) \right.$$

quando eu posso simplesmente expandir o território?", argumenta o pesquisador do Instituto do Homem e do Meio Ambiente (Imazon), Paulo Barreto.

Essa realidade também se insere em uma teoria que ficou famosa pelo ensaio do ecologista Garrett Hardin, intitulado "A tragédia dos comuns", publicado na revista *Science* em 1968. Hardin explora a alegoria de uma comunidade de criadores de ovelha que, atuando em

equivale a 67,4 milhões de hectares. A ideia aqui é simplificar e acelerar um processo que, pelas regras atuais, segundo o Incra, pode demorar até cinco anos. Depois que as novas regras forem institucionalizadas por projeto de lei ou medida provisória – o governo ainda não decidiu –, propriedades menores, de até 100 hectares, serão doadas irrestritamente aos seus ocupantes. As que chegarem até 400 hectares serão vendidas para os

distribuído à imprensa, nove entidades afirmaram: "Entendemos que, embora a regularização fundiária seja importante, ela não é um objetivo em si. Ela deve ser uma ferramenta a serviço de uma estratégia de ordenamento fundiário para a região, a qual deve levar em consideração sua história, suas vocações, necessidades e limitações".

Então, qual é a saída para acelerar sem barbarizar? Paulo Barreto acredita

## Regularização facilitada e doação de terras podem atrair

uma propriedade sem dono definido, acaba por esgotar os recursos naturais. "A menos que a comunidade consiga criar regras próprias, o recurso se deteriora. Foi o que fizeram os portugueses quando quase aniquilaram o pau-brasil e a Mata Atlântica. É o que acontece hoje com a pesca, que em alguns lugares se aproxima do esgotamento", exemplifica Zylbersztajn. A conclusão do professor é que, mais do que títulos de propriedade, a Amazônia precisa de **enforcement** para prevenir situações como a que se passa em Raposa-Serra do Sol. Mesmo demarcada desde o governo Collor, até hoje a terra indígena é alvo de disputa.

**HIPERLINK**  
São os fatores que garantem a efetividade de documentos e os direitos que representam, como o famoso "comando-e-controle" ou mesmo mecanismos de mercado

### Pente-fino

Se o leitor chegou até aqui, um alerta: entender o caos fundiário na Amazônia não é para os fracos de coração - ou de mente. O quadro que se apresenta é como um jogo de varetas, ou um castelo de cartas. Mexer em uma das peças é alterar todas as demais e, possivelmente, fazer ruir todo o sistema.

Pode-se tomar como exemplo o recente pacote anunciado pelo Incra para destravar de uma vez por todas a regularização fundiária. Em três anos, o instituto promete regularizar 296 mil posses na Amazônia Legal, o que

possui a preço simbólico. As demais devem ser vendidas a preço de mercado e somente as terras que ultrapassarem 15 módulos fiscais – no máximo 1.500 hectares – serão repassadas mediante licitação pública.

As principais ONGs ambientalistas do País apressaram-se em denunciar o vício oculto no pacote: **corre-se o risco de legitimar o crime de grilagem com a doação de terras e, com tanta facilidade para regularizar, as medidas podem inclusive estimular novas apropriações de terras públicas.** Em manifesto conjunto

## O nó jurídico

PADRONIZAR A LEI É O PONTO DE PARTIDA PARA ORGANIZAR O TERRITÓRIO

**A legislação brasileira permite diversas interpretações sobre direito de posseiros e a perspectiva de o Estado reintegrar terras invadidas ao patrimônio público. Eis o quadro do que pode ocorrer:**

- **Posseiros têm o direito de permanecer na terra até que o Estado pague por suas "benfeitorias", o que, na prática, significa desmatamento**
  - **Posse de terra pública é detenção ilegal. Essa interpretação permite que a terra seja devolvida ao patrimônio público sem indenização ao posseiro, mas há juízes que condicionam o resultado final à análise da boa-fé ou má-fé por parte do ocupante.**
  - **Ainda com base na tese de detenção ilegal, há juízes que entendem o desmatamento não como benfeitoria, mas como dano ao patrimônio público. Nesse caso é o posseiro quem deve ressarcir a União -pelo dano e pelos lucros obtidos com a exploração de terra.**
- Agravantes:**
- **O Estado é responsável pela legitimidade dos registros públicos. Por isso um proprietário com documentos falsos pode alegar boa-fé e permanecer na terra.**
  - **Não há consenso sobre se a reintegração de posse pode ser efetivada por meio de processo administrativo (competência do Incra) ou processo judicial. A controvérsia pode levar anos na Justiça.**



## mais posseiros e desmate. Falta estancar a fronteira

### O nó da terra

MAIS DA METADE DA AMAZÔNIA TEM SITUAÇÃO FUNDIÁRIA INCERTA

**Apenas 4% da Amazônia Legal é composta de terras privadas com título regular e definitivo. As áreas públicas protegidas - unidades de conservação - correspondem a 43% do território. Estima-se que 32% sejam terras privadas ainda sem validação e 21% terras públicas ainda não destinadas. Conclusão: não se sabe ao certo a quem pertence mais da metade da Amazônia (53%), uma área equivalente a cerca de 1.575 municípios de São Paulo.**

quadro acarreta. É fenômeno patente da região as corridas regulares pela terra, sempre que se anuncia um investimento, uma estrada, uma fábrica, um campo de mineração. Vale a lei do mais forte. Na mesma lógica da terra abundante e gratuita, prosperam os latifúndios e a pecuária extensiva, apontada como principal vetor do desmatamento.

Barreto diz que esse é um agravante da violência no contexto da reforma agrária. Segundo o pesquisador, grupos organizados como o MST têm ainda mais motivação para tomar latifúndios amazônicos, já que, tipicamente, essas terras não têm titulação, ou têm documentos falsos.

Outro sintoma das consequências da expectativa de regularização são os

tradicionais recadastramentos rurais promovidos pelo governo. De tempos em tempos, a medida busca forçar posseiros a legalizar suas terras, sob pena de cancelamento do Certificado de Cadastro do Imóvel Rural (CCIR). No estudo Quem é Dono da Amazônia?, pesquisadores do Imazon concluíram que a iniciativa encontra posseiros cada vez mais organizados e empoderados politicamente, que resistem às exigências.

Os resultados dos recadastramentos costumam ser pífios. O último, em 2008, visava regularizar não só a situação fundiária, mas também a situação ambiental nos 36 municípios que mais desmatam na Amazônia. Terminou com apenas 20% de adesão.

### O buraco é mais embaixo

O ex-governador do Acre, Jorge Viana, apresenta uma visão um pouco mais radical sobre todo esse nó. Para ele, a regularização fundiária é necessária, mas está longe de ser essencial: "Enquanto o foco for a terra, nós vamos continuar tendo o mesmo problema. O foco deveria ser o que está abaixo e acima, ou seja, os recursos naturais". Isso significa priorizar o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE), de modo a definir as áreas prioritárias para conservação e para as demais atividades produtivas.

Aí entram também as famosas terras degradadas na Amazônia. São 160 mil quilômetros quadrados de terras aban-

donadas e semiabandonadas que, direcionadas para o agronegócio, poderiam poupar o sacrifício de qualquer árvore a mais. "Se o pressuposto for a propriedade, o dono fica autorizado a desmatar até 20%. Abre-se a possibilidade de desmatamento legal em áreas onde antes não haveria", diz Viana.

Por mais sensato que pareça, a ideia logo esbarra em mais um obstáculo. Para dispor de áreas florestais de maneira estratégica, o governo precisaria retirar posseiros, já que o mapa do ZEE certamente não coincide com o mapa das invasões. Mas fazer isso é quase uma missão impossível. As diversas interpretações jurídicas ao direito de posse dão margem a contestações que retardam os resultados (veja quadro).

"Todos os países que organizaram sua situação fundiária começaram pela legislação", diz Barreto, "é preciso padronizar a lei, mas a confusão que se atingiu no Brasil é inédita no mundo."

As dificuldades que se apresentaram aqui são apenas um pedaço do panorama fundiário na Amazônia. É tempo, portanto, de mencionar o maior e principal desafio: o consenso. Posseiros, ONGs, ruralistas, burocratas, governos... todos os atores envolvidos nessa equação parecem fortes o bastante para impedir, unilateralmente, o sucesso de qualquer medida. O passo decisivo em direção ao sucesso se dará em função do entendimento entre as partes. **ZZ**





# A cidadania

Neste exemplo do Vale do Ribeira, o que delinea o território é a **articulação de uma rede social, cultural e histórica** em torno de causas em comum

# que está no *mapa*

por Ana Cristina d' Angelo # FOTOS Bruno Bernardi

Entre os estados de  
Paraná e São  
Paulo, a  
comunidade  
quilombola de  
Ivaporunduva  
constrói o seu lugar





Pouco mais de 100 famílias formam a comunidade quilombola . Produzem

o que consomem, cultivam banana orgânica e vivem também do turismo

No ensino das  
crianças, a  
tentativa de  
transmitir histórias  
e privilegiar temas  
relativos à cultura  
negra



Na aparente calma  
do lugar, a tensão  
diante da ameaça  
de uma barragem  
que poderá fazer  
tudo submergir





**U**m empresário do ramo de agronegócio vê que “aquele mundo ia acabar”, o rio estava destruído e a comida que seus filhos comeriam no futuro estaria contaminada. Decide então ganhar menos e juntar-se aos outros, mudando a forma de trabalhar com base em novos princípios. Ele enfrenta o horror dos pais diante da decisão, dos vizinhos e, principalmente, dos poucos donos de muitas terras. A família pensa até hoje que é uma certa preguiça plantar banana com outros cultivos que proporcionam o adubo natural necessário, ao contrário da plantação convencional de mudas equidistantes umas das outras – que recebem as mesmíssimas doses de produtos químicos, o que lhes confere uma aparência também igual.

Aquele emaranhado de árvores – pupunha, banana, coqueiro, taioba – mais parece uma algazarra no terreno, difícil de digerir pelos antigos produtores locais. Os donos do capital também não entendem por que deixar de vender o palmito nativo que grassa naquelas áreas e insistir com a muda do pupunha que demora para crescer e nem é tão conhecido assim do consumidor.

Na casa modesta de uma rua escondida na comunidade Ivaporunduva, Oriel mora com a esposa. É uma nova família quilombola que, junto com outras 103, têm vista e ruídos privilegiados do Rio Ribeira de Iguape logo à frente e, nos outros lados, o aconchego do paredão de Mata Atlântica preservada.

Oriel leva visitantes, alunos do colégio paulistano Dante Alighieri, pelos caminhos da mata sem deixar de esclarecer, antes, todos os desafios que a comunidade enfrenta e todos os programas e ações que desenvolve. Ele também está em contato com lideranças negras de todo o mundo, conhece meia Europa e a América Latina e não arreda pé do consumo coletivo consciente. “Falam que é muita terra pra pouca gente; eu preservo esta mata que você está vendo, a banana que eu planto não tem agrotóxico e nós vivemos do que plantamos.”

São 10 horas de segunda-feira e atrasa um pouco a primeira sessão da Câmara de Vereadores de Eldorado, no Vale do Ribeira paulista. Os seis vereadores mais o presidente e funcionários já chegaram, mas eles esperam mais gente na plateia. A sessão é aberta ao público e, mesmo sob o calor úmido e sem vento, as pessoas conseguiram lotar o pequeno auditório. É o primeiro dia do novo trabalho de José Rodrigues, líder quilombola eleito vereador com 188 votos. Entre as pautas, extinção de cargos da prefeitura e o prenúncio da discussão de que emprego, lá, só com concurso. José Rodrigues sabe que é só o começo: “Muita água vai passar por baixo da ponte. Esse mandato é das organizações, dos quilombolas, da periferia, temos muito o que fazer para impedir a construção da barragem e continuar lutando pela terra”.

Benjamim comprava o mesmo produto químico que viu uma

## Quando a iniciativa do governo chegou à região, já encontrou uma comunidade com **legitimidade política**

vez em uma grande plantação e o jogava sem medidas no seu pequeno cultivo de gengibre. Vendia o gengibre para Estados Unidos e para o Japão, e faturava alto para os seus planos, até que viu tudo escoar pelo ralo quando o solo deu o troco: nada mais crescia ali. Hoje vive num assentamento e cultiva nos seus 12 hectares – dos quais se orgulha de ter o título de posse desde 2005 – banana orgânica e, aos poucos, começa a experimentar outros cultivos sem qualquer defensivo.

O carpete puído que cobre o chão do salão da prefeitura só vai ser trocado depois que o patrimônio público da cidade for recuperado. Disso não abre mão a chefe do executivo municipal de Registro, a prefeita recém-eleita Sandra Werneck. Depois de anos nos movimentos sociais e contando com apoio da sociedade civil que ultrapassa o limite da cidade em que foi eleita, Sandra está animada, mas realista. “Tenho limites, porque dependo das esferas federal e estadual, mas reconheço a esperança e a legitimidade que as pessoas depositaram em mim.”

Os retratos instantâneos acima são de 48 horas no Vale do Ribeira, uma das 60 regiões brasileiras eleitas Territórios da Cidadania, nome de um programa do governo federal que integra



“Está vendo o teto da capela? A água vai estar 10 metros acima”, aponta Ditão, um dos líderes de Ivaporunduva

### **Com atenção especial**

A REGIÃO É UMA DAS 60 ESCOLHIDAS PELO PROGRAMA QUE ENVOLVE 6 MIL LIDERANÇAS DA SOCIEDADE CIVIL

O programa Territórios da Cidadania envolve diretamente cerca de 10 mil pessoas, sendo que 6 mil são lideranças da sociedade civil. Em 2008, os colegiados criados nas 60 regiões escolhidas geraram 135 ações e/ou planos que qualquer cidadão pode acompanhar nos locais das reuniões ou pela internet ([www.territoriosdacidadania.gov.br](http://www.territoriosdacidadania.gov.br)). No site há relatórios completos de prestação de contas e andamento dos projetos por território.

No Vale do Ribeira, foram aplicados R\$ 42 milhões por meio dessa ação, no ano passado. “A vantagem de ter o aval do programa é que agora as entidades não vão até o governo federal com um projeto debaixo do braço pedindo aprovação, ele já foi exaustivamente discutido e aprovado localmente”, diz Ronaldo José Ribeiro, diretor-presidente do Instituto Para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira.

ações de 19 ministérios em regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), baixo dinamismo econômico e maior concentração de agricultores familiares, assentamentos de reforma agrária, populações de quilombolas e indígenas. No ano passado, os territórios (leia quadro ao lado) elegeram 135 ações e programas que deveriam ser privilegiados, envolvendo três eixos: atividades produtivas, regularização fundiária e cidadania.

Fica até difícil a caracterização imediata do Vale do Ribeira como lugar pobre, diante de tanta exuberância natural e gente tão articulada e ciente de seus papéis de cidadãos e líderes diante de um mundo transformado.

O que os une é uma noção que começou a ser considerada oficialmente apenas no ano passado. Um território é maior que uma cidade e menor que um Estado, na explicação mais simplista, e diz mais daquela realidade do que as fronteiras geográficas estabelecidas, se quisermos avançar um ponto.

O Vale do Ribeira construiu sua identidade em torno da

**HIPERLINK**  
Região que reúne 25 municípios ao Sul de São Paulo, na divisa com o Paraná.





Mata Atlântica, da luta pela regularização fundiária, da duplicação da BR-116, do Rio Ribeira de Iguape, do clima quente e úmido de quase todo o ano, da batalha constante pela não construção de barragens e de uma espécie de falta de ligação com o restante do Estado mais rico do País.

Os personagens acima se conhecem e se relacionam por causas parecidas, o que conforma uma rede social, cultural e histórica que permite a classificação de território.

“Ninguém inventa que aquilo ali seria um território, as pessoas se enxergam naquele território, ele representa um ganho de espaço, de legitimidade política”, explica Márcio Halla, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas que já capacitou líderes no Vale do Ribeira e hoje atua na região do Baixo Amazonas.

Na seleção dos participantes do programa, o IDH é um corte para dizer que determinada região é pobre e merece atenção especial. A mudança observada pela reportagem de PÁGINA22 nesses dois dias no Vale do Ribeira é a ampliação do acesso à tomada de decisão e a novidadeira formulação de políticas de baixo para cima. **Se lideranças comunitárias, ONGs, prefeituras, governo do Estado e federal não se articularem conjuntamente, os planos não sairão do papel.**

Dessa forma, o preparo de todos os atores é fundamental e, especialmente no Vale do Ribeira, a iniciativa encontrou trajetórias anteriores de formação e luta pelos direitos.

O empresário que decidiu mudar de vida como em uma parábola bíblica é Gilberto Otha. Mas sua história vem dos últimos 12 anos. Otha capacitou-se, formou a Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável do Guapiruvu, cuja sigla é Água, para espalhar as ideias de ética e sustentabilidade em uma região ameaçada pelo agronegócio. A Associação ganhou braços nesse período: cooperativa que cuida da venda

dos produtos orgânicos, clube ambiental de jovens e associação de assentados. A perspectiva é a de que os pequenos produtores se mantenham em situação oposta à de largos pedaços de terra para privilegiados. “Investimos em cultura até agora, o que não é pouco, mas precisamos da política pública para sustentar nossas iniciativas.” A briga é grande, o palmito nativo está para onde se olha e a retirada – ilegal – é um jeito rápido de ganhar dinheiro, ainda que miúdo.

Gilberto encontrou pelo caminho nosso outro personagem, Benjamim Muniz, o assentado que perdeu sua lavoura de gengibre pelo uso de produtos químicos. Benjamim e outras 70 famílias toparam, por exemplo, usar um trator para todos, na base do revezamento, para o cultivo da banana orgânica e o início da plantação de palmito pupunha, ipês, plantas medicinais e ornamentais.

Benjamim e as famílias receberam recentemente a segunda parte dos recursos advindos do Territórios da Cidadania para que continuem em suas terras e produzam alimentos saudáveis, além de contribuir para a preservação da Mata Atlântica, sem retirar o palmito nativo nem danificar o solo com aditivos químicos.

Banana orgânica, uma espécie de açaí retirada do fruto da árvore de palmito, trilhas, cachoeiras, observação de pássaros. Para agregar valor ao que é nativo, a Água já desenvolveu até salgadinhos *chips* feitos de mandioca e banana que transformam o valor de uma caixa da fruta em R\$ 85 – quase 30 vezes o valor do produto *in natura*. Essa também é uma base de convencimento para os que ainda vivem dos R\$ 4 por pedaço de juçara, o palmito

**Líderes comunitários tentam pôr fim à extração ilegal de palmito juçara**

**Pelas mãos de Gilberto Otha, a comunidade de Guapiruvu ganhou braços: cultivo orgânico, clube ambiental de jovens, associação de assentados**

nativo da Mata Atlântica. Mas a ideia do orgânico caro também não encontra adeptos na Associação. “A intenção é vender a preço de mercado, se não, não é ético”.

Nada é tão imediato. Gilberto Otha reclama da falta de portaria governamental para o manejo do fruto do palmito que vira a polpa parecida com o açaí e a logística de distribuição, que ainda esbarra nos intermediários – pontos em que o programa Territórios da Cidadania não consegue intervir.

A quase 80 quilômetros dali, **Ivaporunduva** tem problemas parecidos. Foi lá que encontramos Oriel Rodrigues e é onde mora o seu tio, agora vereador, Zé Rodrigues. As pouco mais de 100 famílias vivem do que plantam e recebem o Bolsa Família. Mas não pararam aí. Criaram programas locais com foco na sustentabilidade da terra e das águas abundantes e uma maneira de ser seus próprios patrões, evitando um êxodo para as cidades. Banana, artesanato, ervas medicinais e turismo são as atividades em curso para complementar a renda das famílias. Construíram uma pousada ecológica que, como todas as estruturas, pertence a todos da comunidade. “Todo mundo acaba sendo um pouco de tudo, planta banana, trabalha de guia para os turistas, participa das reuniões na cidade”, resume Oriel.

O artesanato também está na cadeia da banana. Aproveitam a palha da bananeira para criar cestos, bijuterias, diversos objetos que são vendidos nas cidades próximas e oferecidos aos turistas. Esse eixo, por sinal, está voltado para a educação. Os quilombolas fizeram parcerias com escolas de classe média alta

## Dá identidade ao lugar o clima quente e úmido e uma espécie de falta de ligação com o restante do **Estado mais rico**

de São Paulo e os alunos passam o fim de semana conhecendo um pouco mais sobre agricultura familiar, rios, Mata Atlântica, história dos quilombos e desafios atuais.

O maior deles é o projeto de construção de uma barragem no Rio Ribeira de Iguape, que domina a vista de Ivaporunduva, serve para pesca, lazer e transporte – é a única maneira de se chegar ao antigo quilombo através de uma balsa manejada com destreza e silêncio por dois rapazes da comunidade. A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do Grupo Votorantim, prevê construção de quatro barragens na região.

Uma delas, se aprovada, vai colocar Ivaporunduva sob as águas. “Está vendo o teto da capela? A água vai estar 10 metros acima”, aponta a parte mais alta do lugar Ditão, outro líder da comunidade. Como acontece nesses casos, a empresa deverá indenizar os moradores da área inundada, mas os quilombolas têm enfrentado a CBA por quase duas décadas. “Fizemos ocupações em Brasília, São Paulo, fechamos a rodovia em protesto, faremos o que for preciso para que o rio seja respeitado”, afirma o vereador José Rodrigues. Além da inundação de Ivaporunduva, outras barragens previstas comprometem cavernas da região, que ainda se encontram em fase de pesquisa.

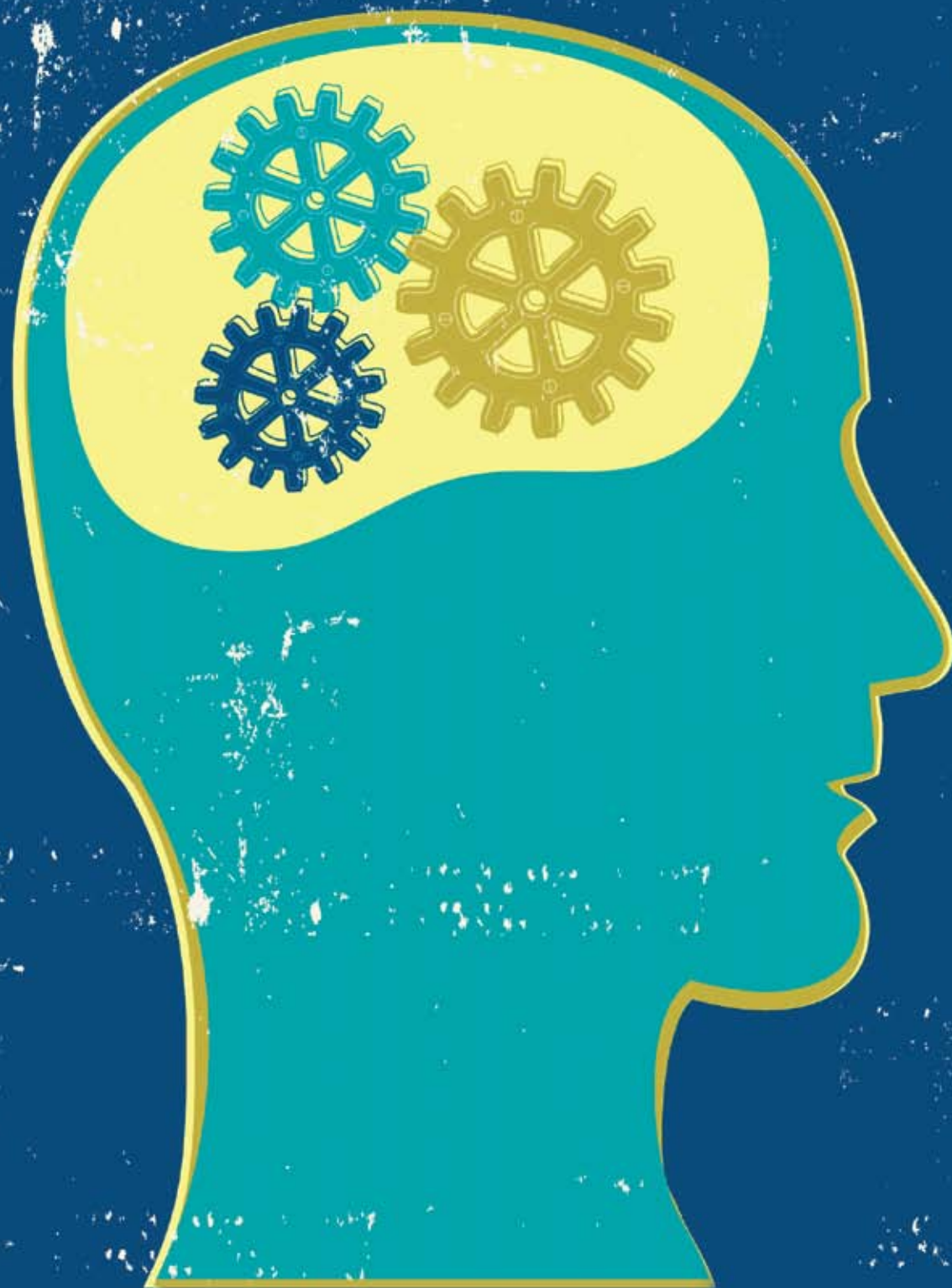
Os quilombolas vendem a banana para a Companhia Nacional de Abastecimento, que a distribui para a merenda escolar. Mas no mês de janeiro, como os alunos estão de férias, sobra mercadoria em Ivaporunduva.

Aí entra Sandra, a recém-eleita prefeita de Registro, cidade que é uma espécie de capital desse território que é o Vale do Ribeira. Bem antes da prefeitura, Sandra Werneck acompanhou de perto populações quilombolas e indígenas da região. E uma das medidas que planeja para seu governo é acelerar processos ainda burocráticos para escoar a produção sustentável que se batalha para manter. Ela quer comprar a banana direto dos produtores quilombolas para abastecer as escolas municipais que estão sob sua responsabilidade de agora em diante. **122**

**HIPERLINK**  
Ivaporunduva, terra de muitos frutos, em tupi-guarani, tem 300 anos de idade







# Antes fosse

Considerar o **meio ambiente na estaca zero** do planejamento político pode ajudar a prevenir litígios, acelerar obras e ainda promover a sustentabilidade

POR Carolina Derivi

**N**ão é de hoje que os projetos de desenvolvimento no Brasil esbarram em contendas ambientais virtualmente intermináveis. Assim que o governo, sempre amparado pela mácula do apagão, opta por projetos polêmicos como termelétricas e grandes hidrelétricas, ambientalistas põem-se a clamar pelos bagres, pelas populações de atingidos, pela mata vulnerável às oscilações da economia, contra as emissões de gases de efeito estufa. O mesmo vale para a política de transporte ou a industrial ou a do desenvolvimento agrário. Isso sem falar nas constantes intervenções judiciais, movidas pelo Ministério Público, e nos órgãos responsáveis por liberar licenças ambientais, pressionados ao mesmo tempo por mais celeridade e mais rigor no trato com os recursos naturais.

É, é truncado e confuso. Talvez por isso seja difícil imaginar que todo esse quadro de disputa pode ter uma raiz comum e a facilitação ser tão simples e elementar quanto o que diz a sabedoria de nossos avós: "É melhor prevenir do que remediar".

Sempre que o capcioso dilema entre crescer e conservar cai nos holofotes do debate nacional, o alvo preferido é o licenciamento ambiental, processo pelo qual qualquer obra de fato ou

potencialmente poluidora precisa atravessar antes que as máquinas comecem o seu trabalho. Mas o gargalo não necessariamente está aí. Basta um olhar mais panorâmico para perceber que, antes que um projeto dê entrada no licenciamento ambiental, há uma política ou um programa setorial que o idealiza. Há análises de viabilidade econômica e técnica, o que implica aporte de investimentos, e um clima de expectativa por parte da iniciativa privada. Se lá na ponta do processo descobre-se que a obra aniquilaria uma população de **espécies endêmicas**, é tarde demais - ou custoso demais - para reverter a decisão tomada muito antes, no âmbito do planejamento estratégico.

**HIPERLINK**  
Espécies que só se desenvolveram e existem em uma região restrita

## Heureka

Essa percepção não é novidade. Já em 1987, o relatório *Nosso Futuro Comum*, produzido pela ONU, afirmava que "o principal desafio institucional dos anos 1990" seria fazer com que "as dimensões ecológicas das políticas sejam consideradas ao mesmo tempo que as econômicas (...) e outras dimensões - nas mesmas agendas e nas mesmas instituições". O desafio permanece atual, mas foi justamente a partir da década de 90 que se disseminou o



instrumento para realizar essa tarefa, conhecido como Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

Na União Européia, políticas, planos e programas de setores de alto impacto ambiental, como transportes e resíduos sólidos, são submetidos obrigatoriamente à AAE. O mesmo vale para o Canadá e também para alguns países em desenvolvimento, como a África do Sul. O instrumento é uma evolução da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), pois permite que a variável ambiental influencie decisões estratégicas quando ainda estão em aberto, em uma escala muito mais ampla que a de projetos específicos. Dessa forma, é possível antecipar impactos ambientais cumulativos, ou seja, aqueles que parecem muito pequenos quando considerados em um único projeto, mas que, associados em cadeia - no caso de uma política -, tenderiam a se revelar como uma catástrofe oculta.

Aplicável a qualquer tipo de plano, esse instrumento também amplia a noção da origem dos impactos ambientais, que não aparecem apenas em obras. Políticas de isenção fiscal ou incentivos econômicos programáticos podem ter o mesmo efeito. Por fim, a AAE impede que planos de desenvolvimento e de meio ambiente sigam direções opostas, uma vez que as duas áreas são avaliadas simultaneamente.

"O Brasil optou por um caminho que vincula a avaliação de impacto ambiental apenas à instância de projeto. Mas o projeto é só o ponto final de uma linha de planejamento. Por isso é muito comum, em audiências públicas, ver pessoas querendo discutir outras coisas, por exemplo, por que o petróleo deve fazer parte da matriz energética nacional", explica a secretária-executiva do Ministério do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, cuja tese de doutorado trata da aplicação da AAE no setor de petróleo e gás.

"Hoje a avaliação de impacto ambiental não serve para dizer que algo não é viável. Mas apenas para fazer projetos com menor impacto negativo e, se possível, maximizar o lado positivo", ecoa

## ➤ Avaliação de Impacto Ambiental no Brasil

DAS ORIGENS ÀS TENTATIVAS DE SOFISTICAÇÃO

**Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) surge pela primeira vez como instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente, promulgada em 1981. Cinco anos depois, a primeira resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) regulamentou o licenciamento ambiental, restringindo a obrigatoriedade da AIA apenas a essa etapa.**

**Em 2002, um estudo encomendado pelo Ministério do Meio Ambiente recomendava que a AAE se tornasse obrigatória por lei e, em 2003, um projeto de lei com o mesmo objetivo foi impetrado pelo deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ). Ambas as propostas não prosperaram.**

## Os fatores ambientais só são considerados nas obras. Tarde demais para pensar em alternativas

Luis Enrique Sánchez, professor livre-docente da Universidade de São Paulo, especialista em planejamento e gestão ambiental.

Izabella adverte que o tratamento das questões ambientais exclusivamente na etapa do licenciamento não compromete apenas o meio ambiente. Joga no colo do empreendedor uma série de empecilhos que poderiam ser evitados, criando um ambiente de negócios inseguro - o que também está ligado ao alto nível de judicialização dos licenciamentos ambientais no Brasil. Segundo a secretária, há setores do governo interessados em aplicar a AAE, como o Ministério dos Transportes, em seu Plano Nacional de Logística de Transportes.

### Na prática

Poucos casos são tão simbólicos da falta de convergência entre as políticas quanto a oferta de 243 blocos de exploração de petróleo no arquipélago de Abrolhos, Sul da Bahia, em 2002. A Quinta Rodada de Licitações Internacionais para Exploração de Petróleo e Gás no Brasil incluía a região com a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul e santuário de reprodução para as ameaçadas baleias jubartes. Alarmados com a possibilidade de impactos ambientais irreversíveis, um conjunto de organizações da sociedade civil e universidades uniram-se para formular um estudo que segue os preceitos da AAE - embora, a rigor, a AAE só se aplique aos chamados três Ps: políticas, planos e programas, e a oferta de blocos seria apenas a ponta do processo.

"O que a gente fez foi demonstrar que aquele projeto era incompatível com outras políticas de desenvolvimento anteriores, baseadas na pesca e no turismo, além da legislação que já protegia aquela região", relembra Guilherme Dutra, diretor do programa marinho da Conservação Internacional, entidade que liderou os estudos.

As organizações demonstraram, por exemplo, que as áreas ofertadas já haviam sido consideradas como as de maior sensibilidade às atividades de perfuração em toda a costa brasileira, pelo [ELPN/Ibama](#). Lembraram que a região comportava o primeiro parque nacional marinho brasileiro e fora declarada pela Unesco, em parceria com o MMA, como Biosfera da Mata Atlântica e Sítio do Patrimônio Mundial Natural. Atentaram para o fato de que a região de Abrolhos já era alvo de investimentos da ordem de US\$ 2,2 bilhões pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prode-

#### HIPERLINK

Escritório de Licenciamento das Atividades de Petróleo e Nuclear do Ibama, hoje Coordenação-Geral de Petróleo e Gás, setor responsável pelo licenciamento ambiental dessas atividades

tur), para o período 1991-2012, e que a atividade representava 80 mil empregos diretos e indiretos.

O primeiro mérito estratégico, portanto, foi demonstrar a incompatibilidade entre as políticas de conservação, turismo e energia. O segundo foi estudar os impactos cumulativos de todas as fases pertinentes à atividade petrolífera. **A legislação brasileira só permite licenciamento fragmentado nesse tipo de atividade.** Primeiro licenciam-se os levantamentos sísmicos, depois a perfuração e, em terceiro, a produção. "Isso é uma falha da legislação. Imagina se você descobre que não é viável produzir quando já investiu na fase sísmica e na perfuração! Uma avaliação ambiental estratégica poderia reduzir esse risco", considera Dutra.

O resultado desse esforço é que, pela primeira vez na história do País, a oferta de blocos de exploração de petróleo foi suspensa por pressão da sociedade civil. Uma decisão conjunta do MMA e da Agência Nacional de Petróleo (ANP) retirou 163 blocos do leilão. Seguindo a tradição de interferência judicial, o Ministério Público da Bahia conseguiu uma liminar para excluir as demais áreas. Nem foi preciso chegar às vias de fato. Ao cabo da polêmica, potenciais investidores perderam qualquer interesse pelo banco de Abrolhos (1).

#### TOME NOTA

**1** Depois desse episódio, a análise prévia dos blocos de exploração pelo MMA passou a ser obrigatória. Recentemente, o MMA anunciou que o licenciamento passará a ser feito com base na área proposta, e não em cada bloco separadamente, o que deverá conferir uma noção sistêmica dos impactos ambientais.

"Foi uma situação de 'ganha-ganha'", avalia Dutra, "se esses blocos tivessem sido leiloados, as empresas ganhadoras teriam que lidar com uma oposição muito forte de um conjunto de setores, sem falar na justiça".

## ➤ Primeiros passos

MINAS GERAIS COMEÇA A APOSTAR NA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA. AS OBRAS AVANÇAM, DIZ GESTOR

**Em 2007, o governo de Minas decidiu implantar, por meio de sua Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Semad), um processo de avaliação ambiental estratégica, envolvendo todas as secretarias relacionadas a obras públicas. Os estudos ainda estão em fase de elaboração, mas um projeto piloto já está em andamento na área de transportes. O programa rodoviário do Estado (Processo) tem a missão de levar asfalto a 224 municípios e o projeto de engenharia foi concebido em conjunto com os estudos ambientais. "As obras já estão acontecendo com mais velocidade e maior integração", garante Leomar Azevedo, coordenador do Núcleo de Gestão Ambiental da Secretaria de Transportes e Obras Públicas (Setop). "Antigamente era muito comum acabar o recurso de uma obra e a recuperação ambiental ficava inacabada. Agora, não. A gente pode até licitar de novo, mas aí é para completar o conjunto". É esperar para ver.**



### Pelo fim da papelada

Embora a institucionalização da AAE possa parecer relevante para o Brasil, há o risco de que a obrigatoriedade legal intensifique a burocracia, fazendo com que a nova etapa se transforme em mais uma formalidade. Quem alerta é Luis Enrique Sánchez: "As experiências internacionais têm uma série de pontos positivos, mas uma limitação é o enorme aporte de energia na preparação dos documentos. As pessoas encarregadas das decisões muitas vezes não valorizam esse recurso, porque veem isso somente como uma exigência legal".

Tal como o desenvolvimento sustentável, a AAE comporta um conjunto de princípios consensuais, mas uma enorme variedade de caminhos. As metodologias são flexíveis, aplicáveis a qualquer escala territorial, e pertinentes não só a governos, como também à iniciativa privada. Para o especialista, melhor seria que o Brasil amadurecesse a novidade. Apenas em 2007 teve início o primeiro experimento na esfera governamental, em Minas Gerais (veja quadro). Em artigo recente (2), publicado no site do Instituto de Estudos Avançados (IEA), da USP, Sánchez escreveu: "A verdadeira medida do sucesso da AAE será sua capacidade de influenciar decisões, e não a feitura de relatórios volumosos e bem ilustrados".

#### TOME NOTA

**2** <http://www.iea.usp.br/iea/aaeartigo.pdf>



# Uma mesa para o diálogo

No Peru, a discussão em torno de uma mina de cobre mostra como chegar a um bom termo ao **dividir o espaço**

POR Renato Guimarães

**E**m que pese a retração econômica mundial prevista para os próximos anos, a economia peruana é uma das campeãs de crescimento da América Latina, com taxa média do PIB de 4% entre 2002 e 2006, e de 9% em 2007 e 2008. Grande parte desse êxito se deve ao boom no preço das commodities, como ferro, cobre e ouro, riquezas encontradas em abundância na região andina.

Desde os anos 90, sucessivos governos têm impulsionado uma política agressiva de liberação comercial e dado grandes facilidades para o investimento privado em indústrias extrativistas. Mas um dos efeitos colaterais dessa receita foi o aumento exponencial na quantidade de conflitos sociais, opondo empresas às comunidades diretamente afetadas por projetos de exploração mineira.

A situação é tão grave que o Ministério Público peruano mantém um grupo dedicado especificamente a monitorar os conflitos sociais em todo o país. Hoje, o Peru enfrenta 197 conflitos, dos quais 93 relacionam-se à exploração de minérios.

O denominador comum a todos é a aparentemente insolúvel contradição entre os conceitos de “terra” e “território”, tal como são entendidos pelas comunidades nativas e como são interpretados pelo governo e pelas empresas.

Para as comunidades, o território é um conceito único, que congrega não apenas o espaço físico, mas também o elemento espiritual. Neste contexto, o território de um povo ou comunidade inclui não apenas os ecossistemas naturais que ali existam, mas também a relação com sua **cosmogonia** e a própria memória coletiva.

O sistema legal peruano reconhece o direito das comunidades nativas às suas terras originais, mas prevê claramente que o Estado detenha a propriedade sobre o que se encontra no subsolo. Mesmo que uma comunidade obtenha o título legal de sua terra, o direito de exploração das riquezas do subsolo pode ser dado pelo governo a uma empresa privada. Comunidades com dezenas de anos, às vezes séculos, de ocupação de determinado território

veem-se obrigadas a aceitar atividades de exploração de seu subsolo que podem trazer um prejuízo ambiental imediato.

Na prática, poucas comunidades são capazes de entender o impacto real dessas explorações ou de negociar com as empresas uma compensação e mitigação que sejam adequadas. Por sua vez, são poucas as empresas que investem em relações sustentáveis com as comunidades. Instaura-se, assim, um diálogo de surdos, no qual comunidades e empresas usam de categorias mentais distintas para medir os potenciais benefícios e malefícios das explorações mineiras.

Uma tentativa bastante inovadora para superar essa situação é a exemplificada pela Mesa de Diálogo de Tintaya.

A mina de cobre Tintaya está localizada a cerca de 10 quilômetros da cidade de Yauri, na região de Cuzco, acima dos 4.100 metros de altitude. As explorações na região remontam a 1917, mas se intensificaram a partir dos anos 1980, quando o governo expropriou 2.300 hectares de terras da

empresa, ONGs locais e internacionais, lideranças comunitárias e políticas.

Em um primeiro momento, o maior desafio foi o de estabelecer os mecanismos para uma conversa real e transparente entre partes com interesses, conhecimentos e percepções distintos. Superar o clima de desconfiança e encontrar uma linguagem comum foi a tarefa que absorveu os primeiros dois anos de trabalho.

Já em uma segunda etapa, buscou-se encontrar soluções concretas para os problemas levantados. Esse consenso foi traduzido em um acordo assinado em 2003 entre a BHP Billiton (e corroborado pela Xtrata quando esta comprou a mina, em 2008) e as comunidades e governos locais, prevendo compensações pelos danos econômicos e ambientais causados pela exploração.

A mesa de diálogo continua funcionando, supervisiona a aplicação do acordo, e também atua na prevenção de novos conflitos. O respeito ao território é ainda um ponto fundamental para as comunidades afetadas pelas atividades

de extração de cobre, mas já existe uma aceitação da presença da mina. Principalmente depois que a empresa se comprometeu a entregar novas terras às comunidades afetadas pela expropriação dos anos 80.

A experiência de Tintaya representa uma quebra no paradigma da construção de relações entre empresas e comunidades que pode ser muito útil em outros contextos. Mostra que o entendimento comum de conceitos básicos como os de terra e território, o correto manejo das expectativas de parte a parte e o gerenciamento transparente de informações e de recursos são elementos que devem fazer parte de qualquer relação sustentável entre empresas e comunidades. **■**

*Jornalista pós-graduado na Universidade de Lima e fellow do Centro de Filantropia e Sociedade Civil da City University, de Nova York. Entre 2002 e 2008, viveu em Lima, de onde coordenou a área de comunicação estratégica da ONG britânica Oxfam GB para a América Latina. Edita o blog Tordasilhas (<http://tordasilhas.net>).*

**HIPERLINK**  
Conjunto de teorias, lendas e mitologias usado pelos diversos povos e religiões para explicar a origem da vida e do universo. Neste caso, o território das comunidades nativas é parte integrante da maneira como elas interpretam o seu lugar físico e espiritual no universo. Na cosmogonia inca, uma montanha pode ser mais a representação física de uma divindade que exerce grande influência espiritual nas comunidades ao seu redor



A mina de Tintaya, ao mesmo tempo em território indígena e no subsolo de não-índios



## Quando a margem é um rio

Filmes exploram os conflitos individuais e coletivos que surgem na relação das pessoas com seus espaços

Na verdade, são dois rios e duas histórias contadas em documentários brasileiros que têm em comum o conflito das pessoas com seus territórios: pessoas que sonham com outros lugares a troco de qualquer condição, e outras, forçadas a deixar o lugar de origem e reconstruir a vida em local desconhecido. Quais as implicações dessas circunstâncias nas vidas de cada um e o que os espaços constroem no imaginário é o que os filmes — *Do Outro Lado do Rio*, de Lucas Bambozzi, e *Sumidouro*, de Cris Azzi — perpassam. Ainda inéditas no circuito comercial, as obras puderam ser vistas em festivais de cinema e, em breve, terão cópias em DVD nas locadoras.

Em *Do Outro Lado do Rio*, o cineasta Lucas Bambozzi documenta a fronteira da Guiana Francesa com o Brasil, no Amapá. O rio é a passagem para uma nova vida, com promessa de ouro, euros e Paris. São 300 quilômetros de fronteira pelo Rio Oiapoque que suscitam a aventura e a fantasia; a felicidade está lá, a despeito do perigo da ilegalidade ou da violência e do medo que permeiam as duas cidades — Oiapoque no lado brasileiro e Saint Georges de l'Oyapock, no lado francês.

Nesse caso, a fronteira geográfica é artificial, pois os “dois países” são habitados por iguais, convivem com miséria, prostituição e insegurança. “Na fronteira ninguém é amigo”, avisa o personagem Grande, desertor do Exército Brasileiro para tentar a vida na Guiana Francesa. Ex-garimpeiro, Fininho diz que a principal riqueza que se pode ter nessa profissão é a memória. Mesmo deportado e preso em Belém, não se arrepende de ter chegado ilegalmente ao outro lado.

Os que ficam e os que vão estão sempre em conflito com o lugar eleito e carregam o anterior de alguma maneira — um território só existe em razão do outro, ou do que se imagina desse outro. Seja pelo medo de não ser bem-sucedido na empreitada ou ter de permanecer no mesmo lugar, todos estão em movimento. “Tenho muitas fantasias, quem não tem?”, pergunta a prostituta Telma, que se joga na saga de viver entre garimpos fazendo programas entre a gente tão ilegal e deslocada como ela. Para os travestis, aquela cidade pobre e decadente é o começo de Paris.

O único consolo em meio à violência, medo e desilusões é a certeza de que sempre é tempo de voltar para casa.

Já em *Sumidouro*, de Cris Azzi, o rio também é um território comum, mas desta vez ele vai subir, virar represa e inundar 42 comunidades para construção de uma usina hidrelétrica.

A despeito das diferentes opiniões sobre a mudança forçada de casa, aquele território será “carregado” pelas cerca de 5 mil pessoas atingidas onde quer que estejam.

Não se pode dizer se o afeto ou apego ao lugar de origem, também precário e miserável, tenha se fortalecido em consequência de uma

imposição externa. Mas na nova moradia — um chapadão seco de casas idênticas e planejadas em contraposição ao vale à beira do rio onde moravam — a vida não começa do zero. A ponto de Jaime visitar, nos primeiros dias, em sua canoa, o antigo espaço já completamente inundado. Numa imensidão de água, ele elenca lugares imaginários para as casas, o pé de manga que tinha na porta da cozinha, a origem das coisas.

Dessa maneira há de se pensar que Nova Peixe Cru — nome dado para a vila que vai abrigar os deslocados pela barragem — seja um nome apropriado, porque contém o anterior, Peixe Cru, a mistura territorial que vai permear para sempre a vida daquelas pessoas.

“As pessoas podem achar que é difícil, mas onde você vive é a sua raiz”, diz a dona de casa Sandra, entre lágrimas, ao deixar o lar à margem do rio.

O curioso, conta o cineasta Cris Azzi, é que os moradores deixaram a beira do rio para a beira da estrada, mais um lugar que leva e traz. Outro ponto que merece análise é a opção — como refugiados ambientais — de um reassentamento coletivo. Cada um poderia buscar sua indenização e partir para o canto escolhido, mas as comunidades decidiram ir juntas para o mesmo lugar, mantendo até a vizinhança de outrora.

Do ponto de vista político, relata o documentarista, as comunidades precisaram se organizar, criar associações e se fortaleceram para o debate com a companhia energética. O processo começou em 2002, quando receberam a notícia da construção da usina, mas a mudança para a nova vila só ocorreu em 2006.

“Gerou angústia porque levou muito tempo. Angústia de saber como ia ser a casa nova, de quando ia sair o dinheiro; quase uma suspensão da vida, porque a mudança não acontecia, a obra atrasava, tinha gente que queria se casar, mas não tinha casa para morar.”

Com foco nos territórios em movimento e nos conflitos das pessoas com esses espaços, os dois filmes podem ser pensados também por suas diferenças. Enquanto *Do Outro Lado do Rio* exibe personagens em busca de satisfações individuais e desarraigados dos locais de origem, *Sumidouro* mostra a força coletiva que surge quando seu lugar é ameaçado. Mesmo com diferentes opiniões sobre o deslocamento forçado, há uma unidade, uma organização que brota da emergência. **zzz**

## Só no sapatinho

Mais que reduzir emissões, locomover-se a pé ou de bicicleta é uma forma de conhecer o território, interagir e lançar um olhar diferenciado sobre o espaço

Linda Koulakjian, moradora de um subúrbio de Washington, decidiu dar caminhadas para emagrecer. Seus vizinhos não lhe deram trégua: paravam o carro para ver se ela tinha algum problema. Linda desistiu de andar. “Francamente, eu morria de vergonha”, admitiu ela, numa reportagem publicada pelo *Washington Post* tempos atrás. Sua história é emblemática do profundo desprezo que os americanos têm por quem dispensa o automóvel.

Brasileiros andam a pé ou de bicicleta por falta de opção. Os europeus o fazem por força da cultura e porque suas cidades são compactas e generosas com ciclistas e pedestres. Nos Estados Unidos, nem pensar: andar é atestado de fracasso. Apenas 9% dos americanos costumam andar a pé. De bicicleta, só 1%. Em comparação, os holandeses usam a bicicleta em um terço dos seus deslocamentos urbanos.

Nos EUA, o carro é usado mesmo quando a distância a cobrir é de poucos quarteirões. De cada quatro vezes que um sujeito pega no volante, uma é para percorrer menos de 1,5 quilômetro.

Até aí, nenhuma novidade. **É notório que americanos não desgrudam de seus carros nem sob reza brava. A surpresa é que os Estados Unidos começam a dar sinais de que**

**cederão aos encantos dos chamados “meios de transporte ativos”.** A elevação do preço dos combustíveis, a crise climática e a obesidade epidêmica são argumentos eloquentes nesse sentido.

Vamos às evidências. No ano passado, o número de bicicletas vendidas nos EUA bateu o de veículos motorizados, algo que não acontecia desde o início dos anos 70, no auge da crise do petróleo. As lojas especializadas também registraram procura sem precedentes de gente interessada em recuperar bicicletas esquecidas no quintal.

Outro indicador nesse sentido: o setor de serviços está mais atento a pedestres e ciclistas. O popular website *Google Maps*, que até recentemente só sugeria itinerários para deslocamentos feitos de carro, passou a indicar o melhor caminho para quem se movimenta a pé. Além disso, algumas imobiliárias começam a informar se os imóveis que oferecem estão em bairros favoráveis às caminhadas.

Elas utilizam o Walk Score, índice desenvolvido por um grupo de programadores de software que leva em conta a presença de comércio, restaurantes e postos de trabalho. Se o seu bairro tem um índice superior a 90, você não precisa de carro para quase nada. Se for

inferior a 25, o carro é essencial até para comprar pão. “Com o preço dos combustíveis chegando às nuvens, nossos compradores querem casas próximas ao seu trabalho, aos serviços e ao transporte público”, comenta Patrick Lashinsky, presidente da ZipRealty, uma das maiores imobiliárias virtuais dos Estados Unidos, das primeiras a adotar o Walk Score em seu website.

O crescente interesse dos americanos pelas bicicletas e caminhadas é tímido, quase irrisório, se comparado com o boom dessas práticas em outras partes do mundo.

Por uma taxa módica, você pode alugar uma bicicleta em centenas de pontos de Paris e Copenhague, usá-la por horas e devolver do outro lado da cidade. Além disso, as prefeituras das duas cidades investiram em ciclovias, alargamento de calçadas e outras medidas que tornaram a vida dos ciclistas mais tranquila. Resultado: tanto a capital francesa quanto a dinamarquesa dobraram a circulação de magrelas em poucos anos. Em consequência, as emissões parisienses de carbono foram reduzidas em 9%.

Sucesso ainda maior teve Bogotá, que registrou um aumento de 900% na circulação de bicicletas. Isso graças à abertura da maior rede de ciclovias urbanas do planeta — nada menos que 300 quilômetros —, integrada a um sistema de ônibus similar ao de Curitiba, e à proibição da circulação de carros em parte da cidade aos domingos e feriados. Além disso, parcela dos recursos que seriam destinados a obras viárias tem sido transferida para a construção de parques e escolas. Um dos efeitos colaterais dessa política foi uma dramática redução no número de acidentes fatais de trânsito.

Os dirigentes dessas cidades perceberam que os benefícios dos transportes ativos não se limitam à redução de emissões ou à manutenção da saúde da população. São práticas com um componente cultural importante.

Quem caminha interage com seus vizinhos, privilegia o comércio local, lança um olhar diferenciado sobre o espaço urbano. Planar, para o poeta francês Charles Baudelaire, era uma aventura, uma experiência comunitária mais rica do que a literatura, mais dramática que o teatro. Era, “sair de casa, mas sentir-se em casa por toda a parte”. Coisa que o carro jamais vai oferecer. **zzz**



# CRU, COZIDO, MEXIDO

A culinária contemporânea, que se apropria da regional para inseri-la em novos contextos, coloca na mesa o conceito de “desterritorialização”

POR Ricardo Barretto # FOTOS Edson Luciano

**T**erritório e cultura são planos que se misturam e se influenciam mutuamente. O espaço físico determina atividades produtivas e ritos de uma população, ao mesmo tempo que a população modifica o ambiente onde vive de acordo com valores, costumes e interpretações da realidade.

A culinária talvez seja a atividade em que essas interações se manifestem de maneira mais explícita. As formas tradicionais e regionais se desenvolvem à base dos recursos naturais disponíveis em determinado lugar. Já na gastronomia contemporânea, essa interação é levada às últimas consequências, por meio da rica e intensa dinâmica com a qual a cozinha tradicional e regional é apropriada e inserida em novos contextos culinários e culturais.

Promover linhas de fuga de um ele-

mento em relação ao contexto em que é conhecido e reorganizá-lo em uma nova conformação temete aos conceitos de desterritorialização e reterritorialização, criado pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari. No caso da culinária, isso se dá de várias formas: uso de ingredientes exóticos, técnicas de baixa cocção, formas de apresentação da comida, entre outras. O resultado pode ser a ampliação do universo de sabores de um prato, sua elaboração como obra de arte ou mesmo a inserção em um contexto de sustentabilidade— como na busca de uma alimentação mais saudável e produzida com menor impacto socioambiental.

“Quando os *chefs* contemporâneos revisitam a culinária tradicional do Amazonas, e chegam a uma nova proposta, podemos olhar para isso como o duplo vínculo entre desterritorialização e reterritorialização”, exemplifica o antropólogo

Edgar de Assis Carvalho, professor da PUC-SP, doutor em Antropologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (atual UNESP), com pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris.

## **Tartar de atum com pérolas de mandioca**

Essa mistura faz parte do menu que a *chef* baiana Morena Leite desenvolve para o restaurante Capim Santo, em São Paulo. “Tem gente que pergunta se é um prato brasileiro. Digo que é uma fusão de ingredientes.” Carvalho acredita que as misturas são um vetor de desterritorialização na culinária. “Isso é um traço da cultura contemporânea no mundo inteiro, muito relacionado à cultura *fusion*. A cultura contemporânea está se ‘deslocalizando’.” Ao trabalhar com fusões, Morena Leite tem por base um





princípio da Cordon Bleu, renomada escola de gastronomia francesa, onde se formou, que é valorizar o que tem em cada região, valendo-se da técnica do contraste. “No restaurante você pode comer um picadinho de picanha acompanhado de uma salada de *quinua*”, exemplifica, ao citar a junção da carne vermelha com o grão típico da culinária vegetariana.

As misturas que Morena promove estão ligadas a sua busca pela brasilidade, não apenas por meio dos ingredientes, mas na concepção dos pratos. “Não dá para falar em brasilidade com purismos. Somos uma cultura de misturas.”

### Moqueados, defumados, suavizados

O caldeirão cultural nacional serve de referência para muitos *chefs* contemporâneos. Mariana Villas Boas é autêntica representante desse movimento. Passou parte da infância no Parque Indígena do Xingu, acompanhando a mãe antropóloga e o pai indigenista. “Lá conheci os moqueados e os defumados, que são tão necessários à rotina dos índios. Como fazer isso chegar à nossa mesa?”, questiona.

Mariana, no entanto, não é adepta das fusões. Ao contrário, busca a simplificação ao reterritorializar pratos brasileiros. “Se a gente fala em comida regional, tem muita coisa pesada, gordurosa. Comida baiana, por exemplo, é muito condimentada. Como compor menos forte?” Algumas dicas de Mariana: “Tento trabalhar com ingredientes orgânicos, frescos, amainar temperos, procurar a essência dos sabores. A coisa mais original e simplificada.”

Outra adepta da suavização de pratos é Ana Luiza Trajano, autora de uma pesquisa para a qual percorreu 47 cidades brasileiras e que resultou no livro *Brasil a Gosto* (Editora Melhoramentos) no restaurante homônimo. “Se lá eu faço rabada, tiro o osso e todas as nervuras e gorduras. O caldo é da rabada, mas sem aquele peso”, conta Ana Luiza. “Você não mexe na receita, mas a suaviza. E

## O fogo transformador

NA CULINÁRIA, A PASSAGEM DO ESTADO DE NATUREZA PARA O DE CULTURA

O antropólogo Claude Lévi-Strauss descreveu em 1964, no primeiro volume da obra *Mitológicas, o uso do fogo na culinária indígena como o signo da passagem do homem e sua relação com o ambiente de um contexto de natureza para o de cultura. Essa passagem ficou marcada pela expressão “O cru e o cozido”, que dá nome ao livro de Lévi-Strauss. “A transformação de um estado para outro é possível pela mediação do fogo. E fogo é igual à cultura”, explica o especialista Edgar de Assis Carvalho.*

Os vários estágios dos alimentos foram organizados por Lévi-Strauss em um triângulo no qual os vértices correspondem aos estados de cru, cozido e podre, e os lados indicam o assado, o defumado e o ensopado, que representam os estados intermediários entre cada vértice. “Esse triângulo pode ser observado nas diferentes formas de preparo da comida em todas as culturas”, explica Carvalho. Do arroz com feijão ao biju com caldo de peixe. Do *stake tartar* com molho de tamarindo ao *casu-marzu*, o queijo italiano repleto de larvas.

nas misturas é importante reconhecer cada ingrediente, sem que um brigue com o outro.”


### Crus e pouco cozidos

Encarar a culinária como vetor de saúde é outra concepção que permeia a gastronomia contemporânea em seu processo de reterritorialização das comidas típicas. “Sou adepta da culinária saudável, da alimentação como farmácia natural”, conta Morena Leite, que indica alguns princípios da alimentação alinhada com a sustentabilidade. “Viver uma vida com mais harmonia passa também por saber a origem dos alimentos, como foram transportados, como serão manuseados.” E faz uma ressalva: “É preciso deixar esse mito de que, se é saudável, não é saboroso”, defende Morena, que evita fritura, manteiga, creme de leite e dá preferência ao azeite, a alimentos crus, frescos, e ao preparo com baixo cozimento.

Outro modo de reterritorialização da culinária é tratá-la como vetor de conhecimento. Ana Luiza Trajano segue esse princípio ao pé da letra. “Meu propósito é divulgar a cultura brasileira. A comida no restaurante é só uma desculpa”, brinca sobre as atividades que promove no Brasil a Gosto. “As pessoas têm pouco preconceito (*menor resistência*) em relação à comida. Por isso eu divulgo o Brasil por meio da cultura gastronômica.”

No restaurante são organizadas programações culturais com poesia, teatro e música, levando temas como ‘comida e fé’ ou ‘festas populares’. “A comida se torna um elo entre a fonte dos pratos e os centros urbanos”, define Ana Luiza, que treina os garçons para que saibam contar a história das iguarias servidas.

“Você vê a quantidade incrível de livros de gastronomia. É quase uma filosofia. A culinária está perdendo essa coisa local, para ficar mais universal”, avalia Edgar de Assis Carvalho. O antropólogo ressalta que a culinária também sofreu uma reterritorialização ao ser transformada e reconhecida como atividade artística. “Existem cozinhas, como a do restaurante DOM (*em São Paulo*), que são uma obra de arte, um museu praticamente.”

O exemplo mais contundente dessa reterritorialização da gastronomia em obra de arte vem da Documenta de Kassel, mostra alemã de arte contemporânea. A edição de 2007 tinha como tema a “transformação” e agregou o restaurante El Bulli, do chef catalão Ferran Adrià, a seu programa, como um pavilhão deslocado (o restaurante fica na região da Catalunha), onde as obras expostas eram seus pratos. Talvez nem os modernistas adeptos da antropofagia imaginassem que um dia seria possível literalmente comer uma obra. 

# Análise

JOSÉ ELI DA VEIGA

Professor titular do Departamento de Economia da USP e autor de vários livros sobre desenvolvimento sustentável. [www.zeeli.pro.br](http://www.zeeli.pro.br)

Talvez não haja *slogan* ambientalista com mais aceitação do que “salvar o planeta”. O que é impossível, já que a Terra desaparecerá muito antes da morte térmica para a qual inexoravelmente caminha o universo. Das cinco eras em que a astrofísica organiza o futuro, este planeta dificilmente sobreviverá à segunda. Além disso, quanto mais se aprofundam as pesquisas cosmológicas, mais encurta o prazo previsto sobre o inevitável choque entre a Via Láctea e Andrômeda, que deverá ocorrer daqui a 2 bilhões ou 3 bilhões de anos. E, muito antes disso, a Terra poderá ter destino semelhante ao de planetas similares que já viraram pó. Recentes análises de imagens de oito desses cadáveres estelares feitas pelo Telescópio Espacial Spitzer, da Nasa, só confirmaram que uma estrela como o Sol incha até se tornar aquele tipo de gigante vermelho que aniquila planetas de órbitas próximas.

Não tem, portanto, qualquer nexo científico a ideia de que a humanidade poderia ter alguma chance de evitar o fim dessa densa massa de rocha fundida e de metal chamada de Terra. O mais provável, portanto, é que se queira comunicar duas coisas bem diferentes quando se usa o substantivo planeta precedido pelo verbo salvar.

Em primeiro lugar, que não se esteja pensando no planeta, mas naquele fino invólucro esférico que começa uns 160 quilômetros abaixo da superfície e que avança outros 160 quilômetros para fora até a termosfera, na fronteira com o espaço, através dos oceanos e do ar. É essa casquinha que há cerca de 3 bilhões de anos autoriza a vida no planeta. Ou, como alguns talvez preferiam, vem mantendo o planeta apto para a vida.

Há aí uma séria confusão entre as ideias de planeta e de biosfera, distinção importantíssima, pois é muito mais delicado e frágil esse conjunto de ecossistemas do qual dependem inúmeras formas de vida. Mas uma

distinção que só aumenta a dificuldade, pois o mais provável é que seu desaparecimento seja bem anterior ao do planeta, em razão da também inexorável entropia, a segunda lei da termodinâmica.

Em segundo lugar, há a questão do verbo salvar. Em vez de usá-lo no sentido de livrar da morte, ou da destruição, é claramente utilizado no sentido de tirar de perigo, ou de preservar de dano. Isto é, não de supor que seria possível suspender o processo entrópico, mas sim no sentido de que ele não seja ainda mais acelerado do que já foi por conta das atividades humanas.

Quando o grande biólogo Edward O. Wilson escolheu a frase “Como salvar a vida na Terra” para subtítulo de seu belo livro *A Criação* (Companhia de Letras, 2008), com certeza não pretendeu incentivar qualquer sonho de eternidade. Bem ao contrário, o objetivo do livro é justamente convencer as vítimas de dogmas religiosos de que a urgente necessidade de defender a natureza serve aos interesses de toda a humanidade.

O que realmente está na berlinda não é a salvação do planeta, ou da biosfera, mas o encurtamento do prazo de validade da espécie humana. Tanto isso é verdade que a mesma ambiguidade também pode ser identificada no discurso de outros renomados cientistas. Na carta recentemente enviada ao casal Obama pelo casal Hansen (1), a principal preocupação é com a “humanidade e com toda a vida na Terra


que será herdada pelos nossos filhos, netos e aqueles que ainda não nasceram”. Também clamam pela preservação “da natureza e da humanidade”, depois de afirmarem que o planeta está em perigo, mas que ainda tem chance.

Nem sequer o irascível James Lovelock escapa da regra. No segundo parágrafo do livro *A Vingança de Gaia*, diz que vê o declínio da saúde da Terra como a preocupação mais importante, porque a vida humana depende de uma Terra sadia. E vai ainda mais longe: “Nossa preocupação com ela deve vir em primeiro lugar, porque o bem-estar das massas crescentes de seres humanos exige um planeta sadio”.

#### TOME NOTA

1 James Hansen, especialista em mudanças climáticas da Nasa

Ou seja, os cientistas que mais alertam para os riscos da erosão da biodiversidade e da ruptura climática estão essencialmente preocupados é com a qualidade de vida das futuras gerações. A rigor, com a possibilidade de que elas existam. Todavia, em vez de dizer com clareza que se trata de não abreviar a existência da humanidade, contribuem para que seja nutrido o mecanismo de transferência embutido no *slogan* que mais emplacou.

As razões desse fenômeno talvez só possam ser explicadas pela psicologia e pela antropologia, as ciências que mais estudam os mitos. Mas certamente resultam da intersecção das duas primeiras das três dimensões em que se dá o envolvimento dos humanos com a natureza: a da experiência imediata, a da interpretação pessoal, e a da análise científica. O fato é que o *slogan* se mostrou excelente recurso comunicativo, apesar de sua irracionalidade. E não é o único. 

## Ambientalismo, entre a comunicação e a ciência

O que está na berlinda não é a salvação do planeta ou da biosfera, mas o prazo de validade da espécie humana





## A língua e sua espacialidade

Além de suporte básico nas relações entre as pessoas, ela é nação, é pátria. **Unificada, transforma-se em sólida base** da qual emerge a diversidade das culturas

**R**ealizado em 1986, no Rio de Janeiro, o Encontro para a Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa, que reuniu Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe — e contou ainda com a presença de uma delegação de observadores de Galícia, comunidade autônoma do extremo noroeste da Espanha —, resultou na assinatura, em 1990, do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Seu objetivo: a unificação da escrita do idioma nos países lusófonos. Em todo esse processo tivemos como

representantes brasileiros a escritora Nélida Piñon, primeira mulher a presidir a Academia Brasileira de Letras, e o filólogo, enciclopedista, tradutor e diplomata Antônio Houaiss (1915-1999). Como única língua ocidental a ter duas grafias oficiais — uma brasileira, outra utilizada pela matriz Portugal e demais países lusofalantes —, não obstante os diferentes costumes e falares, era necessária a criação de uma regra para orientar a representação gráfica das nossas palavras.

O caldeirão linguístico da vertente portuguesa — do tronco indo-europeu, ramo itálico e grupo latino — principia sua caracterização singular com a chegada do latim vulgar no século 3º a.C. — e não do latim clássico —, transmitido pela prosa coloquial e cotidiana das tropas de ocupação do Império Romano, na figura dos soldados, e mistura-se com as influências bárbaras de suevos, vândalos e visigodos no século 5º. Depois, com usanças dos falares dos mouros, árabes do Norte da África, que chegaram à Península Ibérica em 711, constrói aquele que se considera o período arcaico da nossa língua — cuja formação remonta à criação do Estado português pelas mãos do primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques, no longínquo ano de 1128, quando da vitória na Batalha de São Mamede contra sua mãe, Teresa de Leão.

Nesse longo período, as letras eram, então, grafadas com base na pronúncia, o que excluía o "h" hoje presente no nosso alfabeto. Passados os séculos, os árabes são

expulsos do Sul de Portugal em 1249, mas fica o legado no vernáculo. Mais tarde, durante a Renascença, houve grande influência da cultura greco-latina na escrita lusitana, quando incorporamos por exemplo os dígrafos ch, ph, rh, th, que nos acompanhou até a virada para os Novecentos.

Nessa época, conta-nos o manual *Escrevendo pela Nova Ortografia* (lançado pelo Instituto Antônio Houaiss, Publifolha e Editora Paracatu), que, na década de 1910, Portugal faz a primeira reforma na escrita do idioma, com base em uma simplificação ortográfica surgida "com o trabalho do foneticista português Gonçalves Viana, que publicou em 1904 o livro *Ortografia Nacional*, no qual desenvolve uma análise da história interna da língua e estuda suas tendências fonéticas". Tal iniciativa, levada a cabo em 1911, não contou com a participação do Brasil, ainda a escrever *pharmacia*, *theatro*. Só em 1924 os dois países começaram a se reunir para a *adoção* de uma ortografia comum, consumada sete anos depois, em 1931, quando os nacionais do novo mundo aceitaram a ortografia simplificada.

No entanto, as divergências nos vocabulários publicados em anos posteriores em Portugal (1940) e no Brasil (1943) levaram a um novo entendimento em 1945, quando a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras chegaram a um acordo, adotado em todos os países lusófonos exceto no Brasil, onde não houve ratificação do Congresso Nacional e se usava correntemente o vocabulário de 1943. Em 1971, ano em que a implantação da ortografia entra em vigor no País, houve novo entendimento e foram incorporadas alterações conforme o Acordo de 1945, mas ainda havia assimetrias na comunidade lusofalante internacional — Brasil de um lado,



Portugal e os demais do outro.

Quinze anos depois, o Rio de Janeiro sediava o Encontro para a Unificação Ortográfica da Língua Portuguesa, cujo objetivo era a unidade intercontinental do Português, sob o argumento de que a existência de duas ortografias oficiais da língua portuguesa — uma luso-africana, outra brasileira — causava desprestígio e limitações nas relações internacionais.

Assim, em outubro de 1990, foi instituído o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a ser elaborado e ratificado por todos os países lusofalantes. No entanto, diante das dificuldades de aprovação da norma ortográfica em consequência das muitas reações nacionais adversas, em 2004 houve uma nova deliberação, que previa a vigência do Acordo com a aprovação de apenas três dos até então sete signatários, além da adesão do Timor-Leste, que tivera sua independência reconhecida pela ONU em 2002, 27 anos depois de deixar de ser colônia portuguesa e

ser invadido pela Indonésia em 1975.

A importância da eleição de uma grafia única a servir de regra também levou à criação, em 1996, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Tal preocupação procede, pois se trata da normatização do espaço linguístico do idioma. O embate característico que ocorre neste espaço pode ser observado no aceita/não-aceita dos diferentes âmbitos nacionais. Nesta última reorganização da norma ortográfica (1), o Brasil teve seu vocabulário modificado em apenas 0,5%, ao passo que em Portugal e nos demais países da CPLP a mudança ocorre em 1,6% do total das palavras.

### TOME NOTA

1 A partir desta edição, PÁGINA 22 adota integralmente as novas regras da reforma.

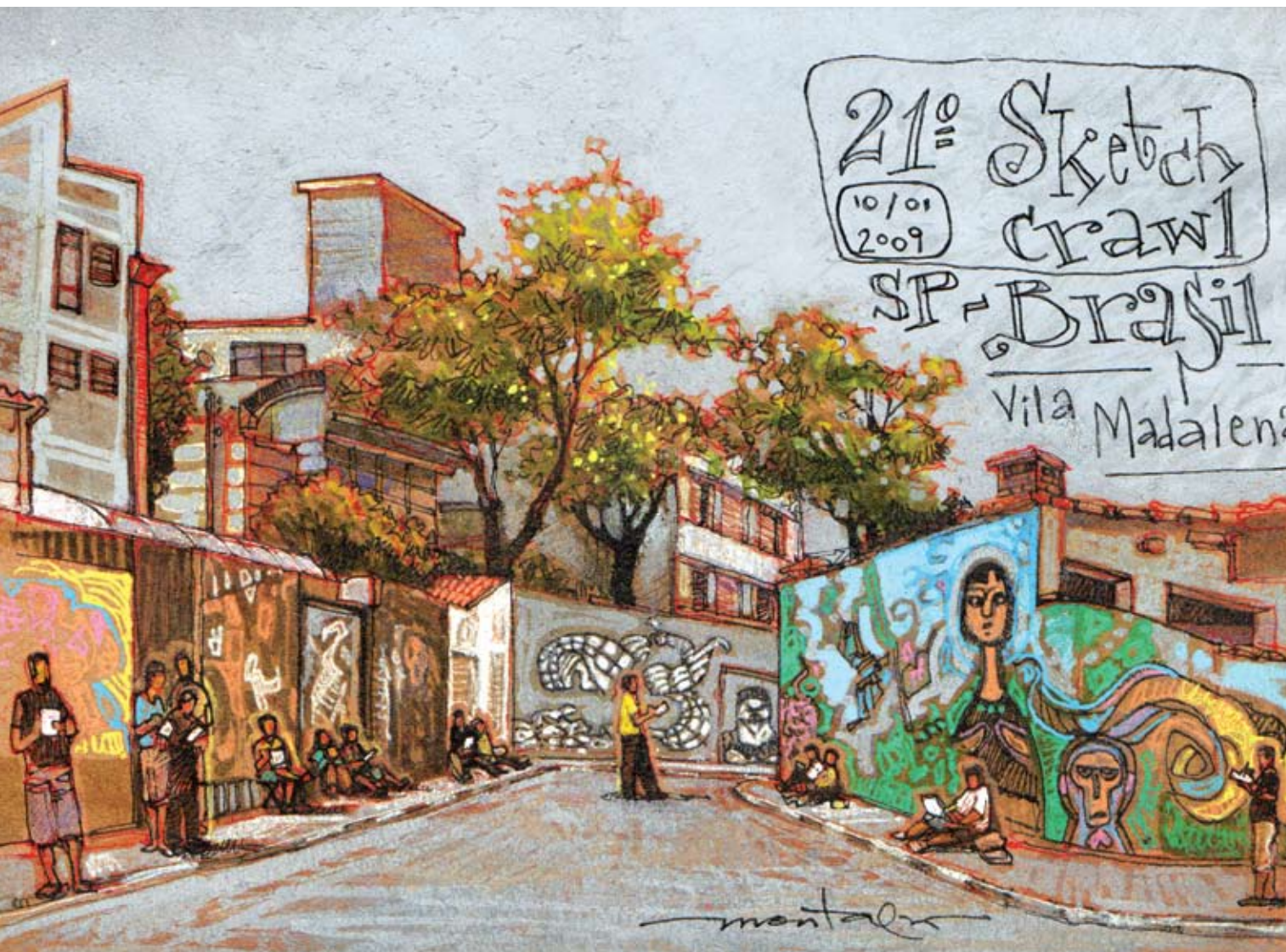
O espalhamento das muitas línguas como consequência de ocupação ou até de influência em razão da necessidade das

relações entre os povos acaba por formar uma espécie de babel positiva, pois, ao mesmo tempo que a língua externa impõe sua injunção, a língua interna vai permeando pelas beiradas, se amalgamando e se misturando, num movimento parecido com o da invasão dos vândalos, que desceram para o Sul da Europa e o Norte da África lá no século 5º e, dois séculos depois, presenciaram a chegada à Península Ibérica de Tarik, o berbere de origem camito-semítica que chamou o local de desembarque na Espanha de "Jebel-al-Tarik", ou "Monte de Tarik", origem do topônimo Gibraltar.

Nesse ir-e-vir das palavras ora invasoras ora invadidas, dois embates são emblemáticos: um deles, a confrontação na Faixa de Gaza, por força de ocupação, de duas línguas que têm a mesma origem semítica, o árabe da Palestina e o hebraico dos israelenses. O outro caso, no Brasil — também na Argentina, na Bolívia e no Paraguai —, num movimento de resistência, interposição e ascensão dentro da língua portuguesa, é o do guarani, da família linguística tupi-guarani, ora representado pelo lançamento do *Dicionário Guarani-Português* (*Ne'e Ryrú Avane'ê*), obra de Cecy Fernandes de Assis. Estudiosa e escritora, a sul-mato-grossense Cecy começou a estudar a língua motivada a ajudar os professores de crianças indígenas em seu estado, e diz que sua obra é muito procurada por empresários do Mercosul e órgãos públicos de países desse bloco econômico.

A língua, além de suporte básico nas relações entre pessoas, carrega uma função simbólica: é a nação, a pátria, "instrumento de resistência contra a dominação estrangeira", nas palavras de José Luiz Fiorin, professor do Departamento de Linguística da USP e da Comissão Nacional de Língua Portuguesa do MEC, em artigo na *Folha de S.Paulo*. Assim, o estabelecimento do Acordo Ortográfico, continua Fiorin, "visa a afirmar, por meio da unificação ortográfica, uma unidade linguística de base, que emerge de uma grande diversidade e que é o símbolo da união dos povos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa". [LZ](#)





## Papel na mão, ideia na cabeça e pé na rua

**H**á quem pense que vida de artista é fácil, mas ilustradores profissionais são capazes de se tornar verdadeiros ratos de escritório. E, para arejar as ideias, nada como colocar o pé na rua. Retomar o território perdido para o confinamento e o cotidiano virtual, redescobrir a cidade e ainda trocar ideias e influências com outros artistas são alguns dos objetivos do SketchCrawl, encontro de desenhistas que teve origem

na Itália em 2004 e que hoje acontece simultaneamente em mais de 90 cidades ao redor do mundo.

“Sair para desenhar em grupo faz a gente se sentir socialmente útil, além de ser prazeroso estar entre amigos”, conta o ilustrador Montalvo Machado, mentor do primeiro SketchCrawl Brasil, em janeiro. A maratona teve adesão de diversas cidades brasileiras, como Curitiba e Rio de Janeiro,

mas foi em São Paulo que se deu o recorde internacional com 120 participantes. Na ilustração de Machado (*acima*), o grupo rabisca o Beco do Batman, na Vila Madalena, bairro paulistano que tem tradição de atrair artistas e boêmios. **É no encontro que a arte ganha espaço. E o espaço, por sua vez, ganha arte**, traduzido na sensibilidade de cada um e de todos. Para ver outras ilustrações, acesse: <http://flickr.com/photos/sketchcrawlbrasil/>

QUALQUER GOTA PODE  
SER A GOTA D'ÁGUA.



A Agnelo Pacheco é uma das primeiras agências no mundo a contar com uma área de assessoria em sustentabilidade. A inovação é fruto de um novo modelo de agência, desenhada para construir as marcas do futuro. A Agnelo sabe que posicionamento não se constrói apenas com discurso. Mas com ações focadas na sociedade. E as marcas de amanhã já estão praticando isso. **Sustentabilidade. A nova marca da Agnelo.**

**AGNELOPACHECO**  
c o m u n i c a ç ã o

SP 11 3068-7266 • RJ 21 2542-1016 • DF 61 3212-4394  
[www.agnelo.com.br](http://www.agnelo.com.br)



# Eficiência, avanço social, resultados econômicos e preservação do meio ambiente são coisas da mesma natureza.



Fábrica em Cajamar - SP. Projeto arquitetônico inovador concebido a partir da visão de sustentabilidade Natura.

José Alex Santana, da cooperativa Cabruca, na Bahia, parceira da Natura.

Só pode haver prosperidade se o crescimento financeiro estiver fundamentado na ética e no desenvolvimento sustentável. Na Natura, buscamos colocar essa crença em prática. Nossa eficiência deve estar ligada ao avanço social de nossas consultoras, colaboradores e diversas comunidades com as quais nos relacionamos. Nossos resultados econômicos devem andar com a conservação ambiental e a inclusão social. O Projeto Carbono Neutro é um exemplo dessa atuação. Um conjunto de ações e parcerias adotado para neutralizar nossas emissões de carbono. Cobrindo desde a extração de matérias-primas até o descarte de produtos. Com o aperfeiçoamento dos processos internos, reduzimos as emissões em 7% já em 2007, ano de implantação. Em cinco anos, a redução será de 33%. As emissões que não pudermos evitar serão compensadas por meio da associação com projetos agroflorestais e de reflorestamento, resultando também em melhor qualidade de vida para as comunidades locais. Estimulando e apoiando novas parcerias, aprendendo com elas. Adotando iniciativas inclusivas e transformadoras em sua cadeia produtiva. É assim que a Natura busca criar valor para a sociedade.